

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
FACULDADE DE DIREITO

O DIREITO DA MULHER TRANSEXUAL AO CÁRCERE NAS PENITENCIÁRIAS E
ALAS FEMININAS NO BRASIL

Mariana Aimée Ribeiro Gomez

RIO DE JANEIRO

2017

Mariana Aimée Ribeiro Gomez

O DIREITO DA MULHER TRANSEXUAL AO CÁRCERE NAS PENITENCIÁRIAS E
ALAS FEMININAS NO BRASIL

Monografia de final de curso, elaborada no âmbito da graduação em Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como pré-requisito para obtenção do grau de bacharel em Direito, sob a orientação da **Professora Dra. Mariana Trotta**.

RIO DE JANEIRO

2017

CIP - Catalogação na Publicação

G633d Gomez, Mariana Aimée Ribeiro
O direito da mulher transexual ao cárcere nas
penitenciárias e alas femininas no Brasil / Mariana
Aimée Ribeiro Gomez. -- Rio de Janeiro, 2017.
75 f.

Orientadora: Mariana Trotta Dallalana Quintans.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade
de Direito, Bacharel em Direito, 2017.

1. Direitos da mulher transexual no cárcere. 2.
Binarismo sexual no sistema penitenciário
brasileiro. I. Quintans, Mariana Trotta Dallalana,
orient. II. Título.

Elaborado pelo Sistema de Geração Automática da UFRJ com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a).

MARIANA AIMÉE RIBEIRO GOMEZ

O DIREITO DA MULHER TRANSEXUAL AO CÁRCERE NAS PENITENCIÁRIAS E
ALAS FEMININAS NO BRASIL

Monografia de final de curso, elaborada no âmbito da graduação em Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como pré-requisito para obtenção do grau de bacharel em Direito, sob a orientação da Professora Dra. Mariana Trotta.

Data da Aprovação: ____ / ____ / ____.

Banca Examinadora:

Orientador

Coorientador

Membro da Banca

Membro da Banca

Rio de Janeiro

2017

DEDICATÓRIA

Às mulheres transexuais que (sobre)vivem na nossa sociedade e no cárcere, onde estão completamente desprotegidas dos direitos e garantias fundamentais do ser humano;

A todas as transidentidades que se reinventam para a char seu lugar no mundo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, que está sempre presente na minha vida, cujas lições de amor e respeito guiam todas as minhas escolhas.

Aos meus pais, Ana e Alain, pelo esforço diário dedicado a minha educação, que me permitiu chegar até aqui. E também pelo amor e cuidado que dispensaram a mim por todos esses anos.

À minha orientadora, Prof. Dra. Mariana Trotta, pelo tempo e atenção que disponibilizou para que este trabalho se concretizasse.

À Faculdade Nacional de Direito, pelos cinco anos de aprendizado e ensinamentos constantes, por me “*trans-formar*” num ser humano do qual me orgulho ser, pensante, crítico e mais sábio. Por toda sua história de luta.

À todas as pessoas que, direta ou indiretamente, contribuíram para que eu chegasse ao fim dessa jornada, o meu muito obrigada.

Hoje vejo mais como um problema social. Creio que a cultura é que tem que evoluir. Talvez, se tivesse nascido numa sociedade que aceitasse a diversidade sexual sem discriminações, em que fosse possível ter o gênero que se desejasse, independentemente do corpo de nascimento, ou se não houvessem tantos preconceitos naturalizantes sobre as normas de gênero, talvez as cirurgias não fossem tão necessárias. Afinal, ninguém nasce mulher, homem ou qualquer outra designação, mas “nos tornamos”, como já dizia Simone de Beauvoir.¹

(João W. Nery)

¹ Nery, João W., **Viagem solitária: memórias de um transexual trinta anos depois**. São Paulo; Leya, 2011.
Pág. 110

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar o direito da mulher transexual ao cárcere em penitenciárias e alas femininas no Brasil, dentro do paradigma do binarismo sexual institucionalizado nos sistemas penitenciários ocidentais. Isto porque, a mulher transexual, cuja identidade civil está atrelada ao sexo biológico masculino ou que não tenha passado pela cirurgia de redesignação sexual, é encarcerada em penitenciárias masculinas. Para isso, precisou-se fazer um breve histórico do encarceramento no Brasil, e também o das mulheres. Além disso, buscou-se compreender quem são essas mulheres transexuais, considerando suas particularidades no que tange suas identidades de gênero e no seu reconhecimento social. Assim, abordar os direitos civis conquistados pelos transexuais nos últimos anos, pautados em decisões judiciais, tendo em vista que nosso ordenamento jurídico é omissivo no que diz respeito à população transexual. A partir dessas reflexões, compreender a problemática de uma constituição binária no cárcere frente às “novas sexualidades” e ao princípio da dignidade da pessoa humana.

Palavras-chave: identidade de gênero; mulheres transexuais; binarismo sexual no sistema penitenciário brasileiro; dignidade humana; omissão legislativa;

ABSTRACT

The purpose of this study is to analyze the right of transsexual women to prison in penitentiaries and female wings in Brazil, within the paradigm of institutionalized sexual binarism in Western penitentiary systems. This is because the transsexual woman, whose civil identity is linked to male biological sex or who didn't undergo sexual reassignment surgery, is imprisoned in male prisons. For this, it was necessary to make a brief history of the incarceration in Brazil, and of the female imprisonment. Besides that, sought to understand who these transgenders women are, considering their particularities regarding their gender identities and their social recognition. Thus, address the civil rights conquered by transgenders in recent years, based on judicial decisions, given that our legal system is silent regarding the transsexual population. From these reflections, to understand the problematic of a binary constitution in jail, against the "new sexualities" and to the principle of the dignity of the human person.

Key words: gender identity; transgender women; sexual binarism in the Brazilian penitentiary system; human dignity; legislative omission;

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| SUMÁRIO | 08 |
| INTRODUÇÃO | 09 |
| 1 SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO | 12 |
| 1.1. História da prisão e do sistema prisional brasileiro | 12 |
| 1.2. Origem das penitenciárias femininas brasileiras | 17 |
| 1.3. Critério de divisão por gênero biológico e a mulher transexual..... | 21 |
| 2 A MULHER TRANSEXUAL NO DIREITO E NA SOCIEDADE BRASILEIRA | 24 |
| 2.1. Identidade de gênero e a mulher transexual..... | 24 |
| 2.2. Reconhecimento da mulher transexual na sociedade brasileira..... | 31 |
| 2.3. Direito e garantias fundamentais do ser humano: os direitos civis reconhecidos à mulher transexual | 35 |
| 3 O DIREITO DA MULHER TRANSEXUAL AO CÁRCERE NAS PENITENCIÁRIAS E ALAS FEMININAS | 50 |
| 3.1. Preconceito e violência | 50 |
| 3.2. Violação de direitos e garantias fundamentais no cárcere | 55 |
| 3.3. Direitos e legislação atual no cárcere..... | 59 |
| 3.4. Criação das denominadas “alas gays”..... | 62 |
| CONCLUSÃO..... | 65 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 69 |

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo desenvolver um estudo acerca das mulheres transexuais privadas de liberdade e o seu direito ao encarceramento em penitenciárias e alas femininas.

A problemática transexual vem suscitando grande interesse pela sua indiscutível atualidade passando a integrar a pauta dos psicólogos e dos nossos tribunais, pois o sexo não pode mais ser considerado apenas como um elemento fisiológico, portanto, geneticamente determinado e, por natureza, imutável.

Apesar disso, cabe ressaltar que, no campo do Direito, ainda há muita dificuldade em encontrar dados e informações ou doutrinas sobre essa temática. Durante os meses de pesquisa para o desenvolvimento deste trabalho, esbarrei diversas vezes no mesmo obstáculo: falta de conteúdo em relação a opiniões jurídicas relacionadas aos transexuais.

Para melhor abordar o tema que se pretende este trabalho, inicialmente serão estudadas a história das prisões em nosso país, bem como as prisões femininas, além do critério binário de divisão do sistema penitenciário brasileiro, que está diretamente ligado ao foco deste estudo. Ademais, serão abordados a complexidade e a longa espera para realizar a cirurgia de transgenitalização, já custeada pelo SUS e os direitos dos transexuais em nossa sociedade heteronormativa, como as alterações de nome e sexo no registro civil, que ainda precisam mover o judiciário para conquista-los, por causa da omissão legislativa.

A proposta de trabalhar com a problemática das mulheres transexuais presas nos remete a várias dificuldades além da penal, a começar pela própria definição e delimitação de conceitos. Mesmo no movimento GLBTT² a nomenclatura é complicada, longe de estar em vias de se chegar a um consenso. No entanto, há harmonia quanto a situação das mulheres transexuais e dos³ transexuais que é, ainda, de exclusão.

² Ou ainda, LGBT ou LGBTTTs, é o acrônimo de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros e serve para identificar as orientações sexuais minoritárias e manifestações de gênero que divergem do sexo designado no nascimento.

³ Ao abordar temas sobre travestis e transexuais, alguns autores preferem utilizar o símbolo “@”, ao invés dos artigos femininos ou masculinos, com o intuito de evitar mais um tipo de preconceito. A utilização do artigo masculino aqui, não objetiva uma aceção discriminatória. Apenas tratar o tema em conformidade com as normas gramaticais brasileiras.

Isso é facilmente constatado quando, ao contrário da homossexualidade, que fora retirada do CID-10: Código Internacional de Doenças⁴, a transexualidade⁵ continua relacionada nessa lista. Assim, a medicina e a psicologia tratam como transtorno de personalidade da identidade sexual, o que acaba por aumentar o estigma e o preconceito da sociedade.

O que se entende, atualmente, é que os transexuais se identificam com o sexo anatômico oposto ao seu sexo do nascimento, e por isso, em sua maioria, buscam a cirurgia de redesignação sexual, além de outros tratamentos e cirurgias, para adequar seus corpos ao sexo ao qual entendem pertencer. Contudo, há ainda quem defenda que mesmo sem realizar a cirurgia de mudança de sexo, somente a identificação com o sexo oposto já configura transexualidade⁶. Inclusive, tem-se notado um aumento expressivo em relação aos transexuais que não desejam realizar a cirurgia de mudança de sexo, nem mesmo outros tratamentos, que se sentem realizados com seus corpos. São os transexuais não-binários, ou seja, não se reconhecem dentro da binariedade de gênero em qual se baseia nossa sociedade (homem e mulher).

Todas essas considerações são importantes ponto de partida, porque o nosso sistema penal adota o critério binário sexual nas penitenciárias, ou seja, os presos são divididos em homens e mulheres. Dessa forma, torna-se difícil o enquadramento das mulheres transexuais, tendo em vista que elas não são socialmente reconhecidas como mulheres, muitas não passaram pela cirurgia de redesignação sexual, outras não possuem os documentos de identificação em conformidade com sua identidade de gênero. Assim, são encaminhadas a presídios masculinos, ou pelo critério biológico ou pela falta de documento adequado. BENTO traz também a dificuldade de enquadramento dos transexuais:

A polêmica de como definir o grupo [transexuais] está relacionada à própria problemática transexual; a pluralidade de experiências de vidas e de respostas para os

⁴ **F64.0 Transexualismo:** Trata-se de um desejo de viver e ser aceito enquanto pessoa do sexo oposto. Este desejo se acompanha em geral de um sentimento de mal-estar ou de inadequação por referência a seu próprio sexo anatômico e do desejo de submeter-se a uma intervenção cirúrgica ou a um tratamento hormonal a fim de tornar seu corpo tão conforme quanto possível ao sexo desejado. Disponível em: < <http://www.cid10.com.br/buscadescr?query=F64.0+Transexualismo>>. Acesso em: 10 nov. 2017.

Bento, Berenice Alves de Melo. **O que é transexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 2008. p.89. Rebate o conceito acima quando diz que “não há nenhuma problematização das identidades de gênero ou dos “sintomas” que o levaram a concluir que toda pessoa transexual deseja uma cirurgia de transgenitalização.

⁵ Neste trabalho não usarei o sufixo “ismo” quando tratar da transexualidade, como trata o Código Internacional de Doenças, já que considera, ainda, uma patologia.

⁶ Bento, Berenice Alves de Melo. **A Reinvenção do corpo: Sexualidade e gênero na experiência transexual**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006. p.230.

conflitos existentes para a relação entre corpo, identidade de gênero; e sexualidade se reflete na hora que se tenta encontrar um termo que feche, cristalize e substancialize suas histórias.⁷

É sabido que todas as pessoas que se encontram aprisionados em instituições penais são invisíveis para a sociedade. Porém a invisibilidade das mulheres transexuais presidiárias torna-se dupla: como presa e como mulher, tendo em vista a falta de dados oficiais sobre estas mulheres, que em pequeno número, parecem não importar para o Estado; e também pela diferença de gênero, já que vivemos em uma sociedade machista, que inferioriza a mulher de todas as formas. Um exemplo é que a maioria das instituições foram projetadas e construídas por e para os homens.

Nesse sentido, o desrespeito ao princípio da dignidade da pessoa humana é óbvio. Todavia, esse problema torna-se ainda maior quando nos deparamos com os dados a respeito do encarceramento da mulher transexual em penitenciárias masculinas. Além das violações físicas, existem também as violações emocionais e morais. Elas passam por revista íntima vexatória, são obrigadas a tomar banho de sol sem camisa, mesmo quando já realizaram a cirurgia de colocação de prótese mamária, sofrem abusos diários, torturas e estupros. Mortes são recorrentes nesse ambiente caótico.

Nosso judiciário já decide no sentido de alterar o registro civil dos transexuais, inclusive sem a necessidade da cirurgia de mudança de sexo. Porém isso só acontece depois de movida a máquina jurídica, o que também gera desconforto e constrangimentos. Entretanto, cada juiz enfrenta essa questão de uma forma, não havendo consenso nas decisões.

Isto posto, verifica-se uma enorme necessidade de adequar nosso sistema penitenciário à realidade das “novas sexualidades”, em vista dessa omissão estatal atual causar inúmeros transtornos a vida das mulheres transexuais. Mais que isso, tornou-se pressuroso uma legislação que cuide deste tema, da vida civil dos transexuais, que assegure a eles respeito e dignidade, que se realizem no direito ao nome/prenome, no direito a alteração dos seus documentos e também ao cárcere nos estabelecimentos prisionais respectivo ao sexo com o qual se identificam.

⁷ Bento, Berenice Alves de Melo. **O que é transexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 2008. p.220.

1 SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO

Neste capítulo, pretende-se apresentar o surgimento das prisões como forma de punição, no contexto histórico e no cenário brasileiro. Além disso, a origem da prisão feminina no Brasil. Ademais, adentrar nos critérios de divisão das prisões brasileiras, e as consequências dessa separação no que tange à mulher transexual.

1.1 História da prisão e do sistema prisional brasileiro

Para iniciar este trabalho, importante retomar a história acerca do surgimento das prisões. Esta breve análise partirá da obra de Michel Foucault (1977), onde se discute a natureza política do poder de punir.

Segundo o autor, quando na época medieval, o suplício do corpo, através de diversos rituais públicos de dominação pelo terror, era a forma utilizada para punir: “[...] a morte é um suplício na medida em que ela não é simplesmente privação do direito de viver, mas a ocasião e o termo final de uma graduação calculada de sofrimentos [...]”⁸.

A sanção penal se concretizava e atingia o seu objetivo, respectivamente, com o corpo do condenado e o testemunho do povo, que era convocado para presenciar a vitória de um soberano sobre o criminoso que havia desafiado o seu poder.

Neste diapasão, temos que o processo criminal era inquisitorial e secreto, permeado por interrogatórios sob juramento ou tortura, que levavam a confissão, e a execução penal era pública, para demonstrar o sofrimento como forma de controle social pelo soberano.

Ainda de acordo com Foucault, apenas a partir do século XVIII o corpo começou a deixar de ser o objeto da sanção penal. Ocorre que, apesar disso, o corpo suplicado passou a ser esquartejado, e começou a desaparecer, ou, por vezes, era marcado no rosto, simbolicamente, para exposição, vivo ou morto, como espetáculo público.

⁸ Foucault, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**; tradução de Raquel Ramalheite. Petrópolis, Vozes, 20ª edição, 1999, p.31.

A partir daí, passou-se a procurar métodos mais indolores para a execução penal, onde a morte não deveria durar muito. O suplício, que englobava o sofrimento físico e a dor do corpo, vai deixando de ser o alvo da pena. Apesar disso, passa a ser possível, como forma de castigo, a supressão de todos os direitos, inclusive o direito à vida.

Com isso, fez-se necessário um novo mecanismo de punição. Surgiram, assim, as máquinas de enforcamento e invenção das guilhotinas em 1783, tornando concreto o conceito de morte instantânea que se pretendia, mas ainda pública. A punição, agora, suprimia o direito à vida.

No fim do século XVIII, iniciou-se uma nova era na justiça penal em grande parte do mundo, pois os castigos do corpo começaram a ser vistos como escândalos, elaboraram-se, assim, novos projetos e códigos. O corpo marcado desapareceu como espetáculo e como alvo principal da repressão penal.

Dessa forma, a certeza da punição era o que afastava o homem do crime, e não mais o espetáculo público e cruel. Se antes, as formas de punição retiravam o direito à vida, agora a punição, através da prisão, retira o direito à liberdade.

Se não é mais ao corpo que se dirige a punição, em suas formas mais duras, sobre o que, então, se exerce? A resposta dos teóricos - daqueles que abriram, por volta de 1780, o período que ainda não se encerrou - é simples, quase evidente. Dir-se-ia inscrita na própria indagação. Pois não é mais o corpo, é a alma. À expiação que tripudia sobre o corpo deve suceder um castigo que atue, profundamente, sobre o coração, o intelecto, a vontade, as disposições.⁹

Foucault afirma que devemos considerar que as práticas penais se encontram em um campo político, onde, historicamente, a punição tem uma função social complexa. No final do século XVIII e início do século XIX, uma nova legislação veio definir o poder de punir como uma função geral da sociedade: o capitalismo. Assim, a partir do momento em que o capitalismo deu a classe popular uma riqueza investida em matérias primas, tornou-se necessário proteger essa riqueza. Concluiu-se que a privação da liberdade seria o castigo ideal para proteger os bens dessa sociedade capitalista.

⁹ Foucault, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**; tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis, Vozes, 20ª edição, 1999, p.18.

Dessa forma, a prisão se transformou na principal forma de castigo, objetivando se tornar um instrumento de disciplina capaz de corroborar com um processo que levaria o indivíduo a ser mais dócil e útil. No entanto, foram introduzidos processos de dominação característicos de um tipo particular de poder. Uma justiça que se dizia igual e um aparelho judiciário que se pretendia “autônomo”, mas que era investido pelas assimetrias das sujeições disciplinares, bem como a conjuntura do nascimento da prisão, “pena das sociedades civilizadas”.

No contexto brasileiro, não foi diferente. A prisão como pena teve também um aparecimento tardio na história do direito penal. No início, período que compreende o descobrimento à chegada da família real ao Brasil (1808), não há que se falar em sistema penal, a não ser no que tange aos últimos 60 anos desse período, quando houve uma organização embrionária nesse sentido. Menos ainda podemos falar em sistema carcerário. Como em quase todo o mundo, o cárcere se tratava do lugar onde se aguardava pelo julgamento, ou onde se era esquecido um acusado até que morresse. A prisão, portanto, era uma medida de contenção do “imputado”, e não uma pena autônoma.

Essa situação se manteve durante as Ordenações (Afonsinas, Manuelinas e Filipinas), com algumas variações de conteúdo entre elas, mas que, via de regra, tinham por base um direito penal brutal, fundado em sanções corporais e na violação dos direitos do acusado.

Com a Constituição de 1824, liberal, e com influências do movimento iluminista, aproximava-se o fim das crudelíssimas Ordenações. Desse modo, criaram-se todas as condições para advento de uma legislação penal mais humana no Brasil.

A previsão da prisão de pena surgiu no artigo 79, inciso IX da Constituição de 1824: “IX. Ainda com culpa formada, ninguém será conduzido á prisão, ou nella conservado estando já preso, se prestar fiança idonea, nos casos, que a Lei a admite: e em geral nos crimes, que não tiverem maior pena, do que a de seis mezes de prisão, ou desterro para fóra da Comarca, poderá o Réo livrar-se solto”. Bem como, regulamentado no artigo 179, inciso XXI da mesma Constituição, que assegurava ao preso que “as Cadêas serão seguras, limpas, o bem arejadas, havendo diversas casas para separação dos Réos, conforme suas circunstancias, e natureza dos seus crimes”. Aqui surgiu, com nível constitucional, a afirmação de dignidade humana ao preso.

Em 1830 foi aprovado o Código Criminal do Império, que trazia consigo ideias de justiça e equidade, influenciado pelas leis penais europeias e dos Estados Unidos. Contudo, não havia previsão de qualquer sistema progressivo. O Código de 1830 preocupava-se mais com o estabelecimento prisional e sua estrutura que com o tratamento que seria dispensado ao condenado. Além disso, manteve-se a pena de morte, apesar de ter perdurado até 1855¹⁰.

Além do Código Criminal de 1830, e tão relevante quanto, o Código de Processo Penal de 1832 também foi consequência da Constituição de 1824. Este surgiu com a necessidade de disciplinar os procedimentos, assegurar direitos aos acusados e condenados, além de organizar o sistema de justiça, que não foram previstos no Código anterior, de 1830.

O advento da República “trouxe como corolário a edição do Código Penal de 1890. O Decreto nº 774/1890 que antecedeu o novo estatuto penal, aboliu as galés, reduziu a 30 anos o cumprimento da prisão perpétua, instituiu a prescrição das penas e mandava comutar na pena o tempo de prisão preventiva”¹¹.

As penas privativas de liberdade no Código de 1890 foram previstas em 4 modalidades: prisão celular, reclusão, prisão com trabalho obrigatório e prisão disciplinar. Além disso, estabeleceu limitação temporal para a duração das execuções penais, qual seja, 30 anos. Ainda neste código, traçaram-se as primeiras linhas para um sistema progressivo e estabeleceu-se o livramento condicional, com a ideia de ganhar liberdade vigiada, quando o condenado fizesse por merecer.

Contudo, a Constituição de 1937 foi um retrocesso penal e humanitário, restabelecendo a pena de morte. Felizmente, em 1940, foi publicado através de Decreto-lei o atual Código Penal, onde a pena de morte não mais é prevista e mantido o sistema progressivo no cumprimento de penas privativas de liberdade. Além disso, trouxe várias inovações e tem por princípio a moderação por parte do poder punitivo do Estado.

¹⁰ Dotti, René Ariel. **Bases e Alternativas para o Sistema de Penas**. São Paulo, RT, 1998, p. 52.

¹¹ Schecaira, Sérgio Salomão & Junior, Alceu Corrêa. **Pena e Constituição: aspectos relevantes para sua aplicação e execução**. São Paulo, RT, 1995, p. 21.

Após a década de 40, diversas foram as tentativas para promulgar um código penitenciário brasileiro, porém, devido à movimentada vida política brasileira, que mal terminava uma etapa e já começava outra, esse ideal jamais fora alcançado.

Em 1977, a Lei 6.416, de 24 de maio, alterou significativamente o processo penal e o Código Penal, apesar disso, ainda não havia um código para regular as execuções penais no Brasil, o que ocorreu apenas em 1984, com a publicação da Lei 7.210, a Lei de Execuções Penais.

No entanto, o que se pode concluir em todo esse processo é que a situação prisional sempre foi tratada com descaso pelo Poder Público e já era observado, desde o início, o problema das superlotações das prisões, da promiscuidade entre os detentos, do desrespeito aos princípios de relacionamento humano e da falta de aconselhamento e orientação do preso visando sua regeneração.

Já em 1977, Foucault concluía que o encarceramento é um dispositivo que não diminuía a delinquência, mas pelo contrário, provocava, na maioria, reincidência. A prisão não tem a capacidade de devolver à sociedade indivíduos “corrigidos”, como se previa inicialmente, mas serve para torná-los reiteradamente delinquentes ou para fabricar novos criminosos, conforme depreende-se em: “Conhecem-se todos os inconvenientes da prisão, e sabe-se que é perigosa quando não inútil. E, entretanto, não “vemos” o que pôr em seu lugar. Ela é a detestável solução, de que não se pode abrir mão.”¹²

Atualmente, essa concepção ainda é verdadeira quando analisamos o sistema prisional brasileiro. O problema prisional brasileiro resulta de diversos fatores que permeiam a vida carcerária: a superpopulação carcerária, a ociosidade do preso, a promiscuidade nas prisões, a metodologia aplicada nas execuções das penas, a distância da família, a deficiência na assistência educacional, médica e jurídica, a falta de trabalho e de incentivo nesse sentido, entre outros. E isso desagua no que os estudiosos chamam de “crise do sistema prisional”, onde, além de não devolver um indivíduo ressocializado, o reinsere na sociedade, na maioria das vezes, prontos para a reincidência.

¹² Foucault, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**; tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, Vozes, 20ª edição, 1999, p.244.

No Brasil, existem vários estudos voltados à questão das deficiências gerais do sistema de justiça criminal, mas não é pretensão realizar essa discussão aqui, pois essas deficiências aparecerão de alguma forma, neste trabalho, como mais um agravante na história da prisão feminina e na história de vida das mulheres transexuais reclusas.

1.2 Origem das penitenciárias femininas brasileiras

Em toda a história sobre a prisão da mulher, observa-se a vinculação do discurso moral e religioso ao aprisionamento feminino, onde as práticas criminosas das mulheres passavam por bruxaria, por prostituição ou qualquer comportamento que ameaçasse os papéis socialmente estabelecidos para o gênero feminino. Nas pesquisas realizadas sobre a origem da prisão feminina no Brasil, a conclusão não fora diferente.

A origem da prisão no Brasil está diretamente relacionada à história do nosso processo de colonização, haja vista nosso país ter servido de exílio aos presos condenados ao degredo pela corte portuguesa. O degredo se manteve, mesmo quando as Ordenações já vigoravam em nosso país, como forma de manter a “população indesejável” longe de Portugal. Essa população era constituída pelos degredados, por pessoas expulsas do país e deixadas em novos territórios conquistados e de mulheres, dentre elas, as adúlteras, alcoviteiras, as que fingiam gravidez, etc.

As informações sobre a situação da mulher prisioneira no Brasil, relativas a períodos mais remotos, são, em geral, esparsas, difusas, descontínuas e muitas vezes truncadas, isso se deve, principalmente, ao baixo índice de criminalidade cometido por mulheres. Em consequência, esse fator contribuiu decisivamente para o descaso Estatal que se vê, ainda hoje, em relação às presas mulheres.

Apenas no século XIX, mais especificamente em 1870, aparece em um Relatório do Conselho Penitenciário do Distrito Federal uma das primeiras indicações sobre mulheres presas. Nesse relatório, constava que 187 mulheres escravas passaram pelo calabouço – prisão de escravos que funcionava junto com a Casa de Correção da Corte –, entre os anos de 1869 e

1870, tendo uma delas permanecido presa durante 25 anos (desde 1846)¹³. Em 1905, o Relatório da Casa de Correção da Capital Federal¹⁴ faz menção a melhoramentos realizados para alojar as presas indicando a adaptação de cinco células do antigo manicômio à prisão de mulheres, enquanto não se edificava um pavilhão especial.

A partir da década de 1930, com as diversas mudanças na estrutura administrativa e política brasileira, inclusive com a intensificação dos estudos para a reforma do Código Penal, do Código Processual Penal e da Lei de Contravenções, na intenção de executar amplas reformas relacionadas ao modo de organização e regulamentação das prisões brasileiras, o governo federal instituiu várias medidas, que levaram à reforma penal de 1940.

Embora o encarceramento de mulheres separadas dos homens já fosse uma prática recorrente, até o ano de 1940, não havia qualquer diretriz legal que exigisse ou regulamentasse essa prática. Assim, as mulheres presas eram separadas ou não dos homens de acordo com os desígnios das autoridades responsáveis.

Tudo isso culminou no projeto de criação da Penitenciária Agroindustrial, do Sanatório Penal e, também, da Penitenciária das mulheres. Este projeto se transformou em lei e, sob a influência do contexto político de repressão e autoritarismo, foi elaborado, discutido e aprovado por homens.

A primeira norma legal foi determinada pelo Código Penal e pelo Código de Processo Penal, ambos de 1940, e pela Lei das Contravenções Penais, de 1941. Desta forma, no 2º parágrafo, do Art. 29, do Código Penal de 1940, determinou-se que “as mulheres cumprem pena em estabelecimento especial, ou, à falta, em secção adequada de penitenciária ou prisão comum, ficando sujeitas a trabalho interno”¹⁵.

¹³ Soares, Bárbara Musumeci; Ilgenfritz, Iara. Rio de Janeiro: Garamond, 2002. **Prisioneiras: vida e violência atrás das grades**, p.52.

¹⁴ Sant’Anna, Marilene Antunes (Doutoranda, bolsista CNPq). **Os espaços das prisões no Rio de Janeiro do século XIX**. Anais das Jornadas de 2007. Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ. Disponível em: <<https://revistadiscientepghis.files.wordpress.com/2009/05/marilene-antunes-os-espacos-das-priso-es-no-rio-de-janeiro-do-seculo-xix.pdf>>. Acesso em: 03 abr. 2017

¹⁵ Brasil. **Código Penal**, Decreto-Lei n. 2.848, de 7 dezembro de 1940. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 7 dez. 1940. Publicação original disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2848-7-dezembro-1940-412868-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 03 abr. 2017

Novamente, pautado em discursos morais e religiosos, e baseados nos papéis femininos socialmente construídos, a positividade da separação de homens e mulheres foi um meio de garantir a tranquilidade nas prisões masculinas, e não uma forma de dar dignidade às mulheres presas, ou de melhorar suas acomodações carcerárias, nem mesmo para evitar as violências sofridas pelas mulheres. A ideia de separação da mulher criminosa não poderia ser mais discriminatória, quando numa reforma pensada e executada por homens, que acreditavam que um ambiente isolado dos homens seria “purificador” às mulheres que transgrediam as leis. A intenção era que a prisão feminina fosse voltada à (re)domesticação das mulheres infratoras e à vigilância da sua sexualidade.

A domesticação da mulher dentro do sistema prisional brasileiro se dava no sentido de ensinar as mulheres “criminosas” as tarefas domésticas e os comportamentos de acordo com as normas sociais vigentes à época, além de vigiar a sexualidade feminina. Isto porque a maior parte das mulheres que era levada as prisões eram prostitutas, detidas sob o qualificativo de vagabundas ou desocupadas, que ofendiam a moral e os bons costumes.

No século XIX, Lombroso representou de forma emblemática a produção de conhecimento jurídico que estigmatizou a mulher no contexto do crime. Para ele, a inferioridade feminina era certa e causada por deficiências de vários tipos, o que igualava a mulher a condição intelectual de uma criança¹⁶. Em *La donna delinquente*, Lombroso e Ferrero destacam que a fisiologia da mulher é responsável por sua posição social, passiva e inerte. Defendiam que, por este motivo, as mulheres têm capacidade de adaptação maior que o homem e temem mais a autoridade, sendo por isso menos passíveis de cometer crimes do que os homens¹⁷.

Estes tipos de discursos, legitimadores do olhar patriarcal, eram carregados de concepções morais acerca da feminilidade que ligavam a criminalidade feminina a instabilidades emocionais e hormonais, por muito tempo ignorando completamente o contexto social, econômico e cultural¹⁸.

¹⁶ França, Marlene Helena de Oliveira. **Criminalidade e prisão feminina: Uma análise da questão de Gênero**. Revista Ártemis, Vol. XVIII nº 1; jul-dez, 2014. p. 217.

¹⁷ Ibidem, p. 219.

¹⁸ Silva, Vera Inês Costa da. **Controlo e punição: as prisões femininas: estudo exploratório de uma antropologia feminista da prisão no contexto português**. Coimbra, 2011, p. 60. Dissertação (mestrado em Antropologia Social e Cultural - Faculdade de ciências e tecnologia, Universidade de Coimbra). Disponível em: < <http://www.scielo.mec.pt/pdf/aeq/n28/n28a06.pdf>>. Acesso em: 03 abr. 2017.

Estes estudos influenciaram as formas como as mulheres foram e são sujeitas a técnicas disciplinares e de punição e demonstram como as concepções de feminilidade subjacentes a um sistema de diferenciação sexual hierarquizado se reflectem nos discursos, ideologias e práticas dos sistemas penitenciários nos contextos prisionais femininos.¹⁹

Mais uma vez, a criminologia teve o papel de comprovar a inferioridade feminina, conforme o pensamento da época, além de delimitar o comportamento feminino àquele que se considerava normal, ou seja, comportamentos que não fossem contrários às normas sociais e ao papel que se esperava para as mulheres.

Com isso, em 1942, no dia 9 de novembro, foi construída, nesses moldes, a primeira penitenciária feminina do Brasil, bem longe dos presídios masculinos. Sua administração, inclusive a pedagógica, era feita pelas Irmãs do Bom Pastor, que cuidavam da moral e dos bons costumes, domesticando as presas. Pelo regulamento interno da prisão, formulado e aplicado pelas religiosas, chamado Guia das internas, as presas só tinham dois caminhos para remirem suas culpas: ou se tornariam aptas para retornar ao convívio social e familiar, ou, caso fossem solteiras, idosas ou sem vocação para o casamento, seriam preparadas para a vida religiosa.

Todavia, o projeto não atendeu as expectativas estatais, e em 1955 a Penitenciária das Mulheres passou a ser administrada pela direção da Penitenciária Central. Já em 1966, a penitenciária feminina adquiriu autonomia administrativa e passou a se chamar Instituto Penal Talavera Bruce, única penitenciária de segurança máxima destinada às mulheres do estado do Rio de Janeiro.

Somente ao final do século XX que o Estado se preocupou com a situação das mulheres presas, já que, nos últimos anos o número de mulheres transgredindo leis aumentou consideravelmente²⁰, principalmente em razão do capitalismo, haja vista grande parte das mulheres presas estar relacionada a dificuldades financeiras e a falta de oportunidade no mercado de trabalho, principalmente quando se trata das mulheres-mães. De acordo com um estudo realizado por Luciana Boiteux, o perfil das mulheres presas no Brasil é

“de pessoa muito vulnerável, e ainda sobrecarregada pelo sustento de seus filhos. Elas são, em sua maioria, jovens (50% tem até 29 anos), solteiras (57%), negras (68%),

¹⁹ Ibidem, p. 60.

²⁰ Apesar das mulheres representarem apenas 5,8% do total de presos brasileiros, a taxa de aprisionamento feminino teve um aumento de 567,4% entre 2000 e 2014, conforme dados do INFOPEN de dezembro de 2014.

com baixa escolaridade (50% tem o ensino fundamental incompleto, sendo que apenas 10% delas completaram essa primeira fase de estudo). Acima de tudo, elas são pobres, condenas a penas entre 4 e 8 anos (35%), em regime fechado (45%). [...] Sabemos inclusive que 80% delas são mães, ou seja, quando são privadas de liberdade, além de serem abandonadas por seus companheiros, são ainda privadas forçosamente do contato diário e do cuidado de seus filhos, os quais passam a ser criados por avós ou tias. ”²¹

Assim, atualmente existe muito a se fazer para levar dignidade a vida das mulheres encarceradas, principalmente no que tange ao papel estatal, garantidor dessa dignidade mínima. As mulheres presas ainda encontram dificuldades em aspectos básicos da feminilidade, como o não fornecimento de absorventes íntimos nos períodos menstruais, ou mesmo de anticoncepcionais e outros remédios.

Todas essas “faltas” que permeiam a vida de mulheres presas, atinge diretamente a questão das mulheres transexuais, uma vez que a falta de preocupação com a situação nas penitenciárias femininas se dá em virtude do machismo sob o qual nossa sociedade foi fundada, como foi observado. No próximo capítulo abordaremos exatamente esta questão, o duplo grau de machismo enfrentado pelas mulheres trans, porque além de serem estigmatizadas por não “nascerem” pertencentes ao grupo feminino, quando se mostram ao mundo como mulheres sofrem também como as mulheres cis.

1.3 Critério de divisão por gênero biológico e a mulher transexual

Conforme mencionado no subtópico anterior, o principal motivo da separação da população carcerária era a manutenção da tranquilidade nas penitenciárias masculinas, somado a tentativa de purificação das mulheres infratoras, que eram vistas como loucas, histéricas e anormais quando cometiam crimes, pois não seria da natureza da mulher ter comportamentos promíscuos que as levassem a transgredir as leis.

Quando se fala em binarismo no sistema penitenciário, considera-se a ótica constitutiva do sistema penitenciário ocidental, que se dá conforme o sexo do indivíduo, ou seja, divide a população carcerária em homens e mulheres.

²¹ Boiteux, Luciana. Professora Associada de Direito Penal e Criminalidade da UFRJ. **Encarceramento feminino e Seletividade Penal**. Rede de Justiça Criminal, Discriminação de Gênero no Sistema Penal. Edição 09, setembro de 2016, p.5. Acesso em: 20 set. 2017.

Nesse sentido, o binarismo sexual no sistema prisional brasileiro consagrou-se como critério de divisão da população carcerária, atrelado, sobre tudo, ao sexo do indivíduo. A divisão sexual-anatômica do cárcere é ratificada pela Lei de Execução Penal – LEP, de número 7.210/84²². Entende-se a segregação pelo sexo a partir da leitura dos seguintes artigos:

Art. 89. Além dos requisitos referidos no art. 88, **a penitenciária de mulheres** será dotada de seção para gestante e parturiente e de creche para abrigar crianças maiores de 6 (seis) meses e menores de 7 (sete) anos, com a finalidade de assistir a criança desamparada cuja responsável estiver presa.

Art. 90. A penitenciária de homens será construída, em local afastado do centro urbano, à distância que não restrinja a visitação.

Assim, os critérios binários positivados são afirmados e ratificados pela redação do parágrafo primeiro do artigo 82, dada pela Lei 9460/97²³, que diz:

Art. 82. § 1º A mulher e o maior de sessenta anos, separadamente, serão recolhidos a estabelecimento próprio e adequado à sua condição pessoal.

Ocorre que, um sistema prisional pensado e executado por e para homens, apesar das recentes alterações trazidas por lei, não considera questões primordiais em relação à vida da mulher, nem mesmo as mais básicas, como as fisiológicas, que se comprova na falta de assistência básica em relação ao fornecimento de anticoncepcionais e absorventes íntimos às mulheres presas.

Se o cárcere feminino foi tardiamente percebido pelo Estado e as mulheres esquecidas, postas a qualquer maneira no encarceramento, as mulheres transexuais não são sequer reconhecidas por esse sistema prisional pautado no binarismo sexual, por fugirem no padrão heteronormativo. Com isso, tem sua dignidade desrespeitada e não recebem a atenção devida do nosso ordenamento jurídico.

Um sistema penal que se funda em uma lógica binária de separação por gênero é posto à prova por quem não se enquadra nessa setorização. Com suas práticas de neutralização, vitimiza as individualidades em proveito de uma padronização. Nesse contexto, as mulheres trans sofrem

²² Brasil. Lei nº 7.210 de 11 de julho de 1984. Institui a **Lei de Execução Penal**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 11 jul. 1984. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7210.htm>. Acesso em: 03 abr. 2017.

²³ Brasil. **Lei nº 9.460**, de 04 de junho de 1997. Altera o art. 82 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, que institui a Lei de Execução Penal. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 04 jun. 1997. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9460.htm>. Acesso em: 03 abr. 2017.

violações profundas em todas as vertentes da vida, tendo seus direitos cerceados de diversas formas, superando as violências convencionais do cárcere, as quais se somam à transfobia e transmisoginia.

Cabe ressaltar aqui, que o princípio da dignidade da pessoa humana é corolário da República Brasileira, e orienta os direitos e garantias fundamentais e tem por objetivo a justiça social, portanto rege todas as relações entre Estado e indivíduo, ao menos na teoria. É notório que a mudança da lei continuou omitindo o trato daqueles que fogem ao padrão heteronormativo, e, com isso, traça condições de concretização do cárcere que estão muito distantes da realidade da sociedade atual.

Os próximos capítulos destinam-se a apresentar a problemática das chamadas “novas sexualidades”, notadamente a problemática das mulheres transexuais submetidas ao cárcere, frente ao binarismo presente no sistema penitenciário brasileiro, já que, em última instância, trata-se do respeito à garantia constitucional ao princípio da dignidade da pessoa humana.

2 A MULHER TRANSEXUAL NA SOCIEDADE E NO DIREITO BRASILEIRO

O capítulo em tela objetiva apresentar a visão que a sociedade, num contexto geral, tem sobre as mulheres transexuais. No mais, pretende abordar as questões de direito referentes às mulheres transexuais, fundamentadas nas garantias constitucionais inerentes ao ser humano, bem como nas recentes decisões judiciais acerca do tema, que conferiram a estas mulheres respaldo jurídico, frente a omissão do nosso ordenamento.

No entanto, primeiramente, faz-se necessário apresentar as definições que envolvem a transgeneridade e as observações pertinentes quando falamos em identidade de gênero. Além disso, brevemente abordar pontos importantes sobre a cirurgia de transgenitalização.

2.1 Identidade de gênero e transexualidade

Primeiramente, torna-se primordial esclarecer a diferença entre sexo, gênero e identidade de gênero.

O significado da palavra sexo, de acordo com o Novo Dicionário Aurélio da língua portuguesa (1986, p. 1.580), originária do latim *sexu*, consiste na “conformação particular que distingue o macho da fêmea, nos animais e nos vegetais, atribuindo-lhes um papel determinado na geração e conferindo-lhes certas características distintiva”. Portanto, refere-se aos aspectos biológicos apenas.

O sexo de uma pessoa era identificado inicialmente apenas por estruturas externas – sexo genital, a presença de pênis ou vagina determinava a que sexo pertencia o indivíduo, caracterizando também o gênero²⁴. Contudo, a existência de indivíduos intersexuados antagonizava esse binarismo, e com a descoberta da genética e dos cromossomos sexuais, o binarismo ganha uma nova delimitação, a presença de determinado par de cromossomos sexuais XX ou XY determinaria o sexo – sexo genético, entretanto a ocorrência de algumas anomalias genéticas, como a monossomia (Síndrome de Turner) e a trissomia (Síndrome do triplo X),

²⁴ Guerra-Junior, G. **Determinação e diferenciação sexual normal na espécie humana**. In: Vieira, T. R.; Paiva, L. A. S. D. **Identidade sexual e transexualidade**. São Paulo: Roca, 2009.

antagonizam novamente este binarismo, mesmo com o uso de ambas as características não se tinha uma classificação unitária²⁵. Com os avanços da medicina, a embriologia e a fisiologia molecular trouxeram novas questões, tais como os marcadores hormonais além da presença das gônadas (ovários e testículos), que passaram a fazer parte na determinação sexual – sexo gonadal, mas novamente a presença de variantes intersexuais questiona o binarismo sexual de masculino e feminino.²⁶

Ser masculino ou feminino, homem ou mulher, é uma questão de gênero. Deste modo, o conceito primordial para identificarmos homens e mulheres é o de gênero. Porém, o indivíduo não pode ser pensado sozinho: ele só existe em relação. Basta que haja relação entre dois indivíduos para que o social já exista, constituindo regras que não se reduz tão somente ao conceito puro biológico.

Gênero vai além dos sexos: sua definição não se restringe apenas aos cromossomos, a conformação genital ou a presença ou não de determinadas gônadas, mas principalmente através da auto percepção e da forma como a pessoa se expressa socialmente. O que importa na composição e definição do que é ser homem ou mulher, é a construção psicossocial, que é produto da autodeterminação somado às normas impostas socialmente ao papel de gênero. Ele não remete apenas a ideias, mas também a instituições, a estruturas, a práticas cotidianas e a rituais, ou seja, a tudo aquilo que constitui as relações sociais. Ele não reflete a realidade biológica primária, mas constrói o sentido desta realidade.

Portanto, percebe-se a enorme diferença entre sexo e gênero. Enquanto sexo é um conceito puramente biológico, gênero é um conceito essencialmente social, sendo sua construção e representação apresentada das mais diferentes formas, pelas diferentes culturas.

Noutro giro, identidade de gênero é o conjunto de convicções pelas quais se considera o que é masculino e o que é feminino, conforme definido pela nossa sociedade, tendo em vista a divisão binária de gênero. Isso se constrói, em nossa socialização, a partir do momento da rotulação do bebê como menino ou menina, que se dá ao nascer do indivíduo, ou mesmo antes,

²⁵ Quaglia, D. **Intersexualidade**. In: Vieira, T. R.; Paiva, L. A. S. D. **Identidade sexual e transexualidade**. São Paulo: Roca, 2009. Cap. 3.

²⁶ Cerqueira, E. K.; Verreschi, I. T. D. N. **Fundamentos genéticos e fisiológicos da identidade sexual**. In: Cerqueira (ORG), E. K. **Sexualidade, gênero e desafios bioéticos**. São Caetano do Sul: Difusão Editora, 2011. Cap. 2.

devido as possibilidades da medicina em identificar o sexo anatômico na barriga da mãe, através das novas tecnologias.

Há uma imposição linear para que o ser deve estar em conformidade irrestrita com sua fisiologia genital, só se pode ser como a estrutura corporal permite. A partir disso, se espera do indivíduo comportamentos condizentes ao sexo atribuído a ele. Porém, isto também nos faz excluir, ou pelo menos negar, as diversas possibilidades do ser, e as múltiplas alternativas de vivência não lineares de relações entre sexo, gênero e desejo.

Na obra “O corpo educado – pedagogias da sexualidade”, Guacira Lopes Louro discute como o poder estabelecido sobre o sexo dominou nossa cultura e deu para relação binária de norma reprodutiva e heterossexual um status de naturalidade. Sobre isso afirma que:

[...] muitos consideram que a sexualidade é algo que todos nós, mulheres e homens, possuímos "naturalmente". Aceitando essa idéia, fica sem sentido argumentar a respeito de sua dimensão social e política ou a respeito de seu caráter construído. A sexualidade seria algo "dado" pela natureza, inerente ao ser humano. Tal concepção usualmente se ancora no corpo e na suposição de que todos vivemos nossos corpos, universalmente, da mesma forma. No entanto, podemos entender que a sexualidade envolve rituais, linguagens, fantasias, representações, símbolos, convenções... Processos profundamente culturais e plurais. Nessa perspectiva, nada há de exclusivamente "natural" nesse terreno, a começar pela própria concepção de corpo, ou mesmo de natureza.²⁷

As sociedades contemporâneas, em sua maioria, estão organizadas sob padrões que preveem apenas polos determinados de modo contundente. Quando se trata da sexualidade, este padrão se evidencia com a lógica binária da constituição de gêneros como regra. Ser masculino é não ser feminino, e ser feminino é não ser masculino. Dessa forma, pode-se entender porque a transgeneridade é um desafio para a questão humana do ser ou não ser.

De acordo com a doutrina específica sobre transgeneridade, o transexual é o indivíduo que possui a convicção de pertencer ao sexo oposto, ou seja, o sexo anatômico com o qual nasceu não é aquele com o qual se identifica, por isso, reprova veementemente seus órgãos sexuais externos.

²⁷ Louro, G. L. **Pedagogias da sexualidade. O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 2ª edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. cap. 1, p. 7-34.

O dicionário de Psicologia de Stratton define da seguinte forma os transexuais:

TRANSEXUAL – Uma pessoa que muda de sexo – do masculino para o feminino ou do feminino para o masculino -, através de uma terapia hormonal e cirurgia. Apesar de os transexuais típicos sempre se perceberem a si próprios como sendo realmente do outro sexo, o principal aspecto do transexualismo diz respeito à aprendizagem de um novo papel sexual. Muitos transexuais gastam grande parte de sua vida, pelo menos vários anos, vivendo como membro de seu sexo desejado antes de admitir o tratamento.

A medicina entende que os transexuais são portadores de neurodiscordância de gênero, portanto se identificam, social e psicologicamente, com o sexo oposto. Grande parte da medicina acredita que essa não identificação com o sexo anatômico do nascimento se dá porque o cérebro do feto se forma depois de já formado os órgãos sexuais. Dessa forma, o cérebro identifica aquele corpo sendo o sexo oposto àquele órgão sexual que fora formado.

Inclusive, o Código Internacional de Doenças (CID 10), elaborado pela Organização Mundial da Saúde, define o transexualismo²⁸ como “disforia de gênero”, ou seja, transgeneridade ainda é considerada uma patologia.

Não se pretende aqui adentrar nas questões sobre orientação sexual, entretanto, faz-se mister desassociar orientação sexual e identidade de gênero, devido à grande confusão gerada entre homossexualidade e transgeneridade ou transexualidade. Esta, refere-se à identidade de gênero. É a forma como o indivíduo se enxerga, social e psicologicamente, identificando-se com o sexo diferente à sua genitália de nascença. Já a orientação sexual do ser, refere-se ao desejo sexual, ao gênero que o indivíduo sente atração sexual. Portanto, um transexual pode ser gay ou hetero, conforme os padrões sociais estabelecidos. Essa confusão generalizada nega que nós, seres humanos, existamos antes de nossa sexualidade, ou seja, afirma que nós não temos uma identidade independente dessa sexualidade.

Nesse sentido, os transexuais, em sua maioria, sentem a necessidade de adaptar seus corpos físicos ao corpo com o qual se identificam psicologicamente. Portanto, o direito à busca desse equilíbrio, corpo-mente, ancora-se no direito ao próprio corpo, no direito à saúde, previsto

²⁸ O sufixo “ismo” indica patologia. A OMS ainda considera a transgeneridade uma doença do ser. Há alguns anos, homossexualidade foi retirada do CID, por isso não carrega mais o sufixo “ismo”. Aqui neste trabalho, como forma de manifesto e de esperança que em algum momento da nossa história a transgeneridade seja desconsiderada como patologia, o sufixo usado é “ade” (transgeneridade, transexualidade etc.).

nos artigos 6º e 196 da Constituição Federal, nos direitos da personalidade e, em última instância, na dignidade da pessoa humana.

Sobre isso, encontra-se pertinente passagem na obra de BOMFIM:

A busca pelo ‘corpo apropriado’ ao gênero não é sinônimo de busca pela heterossexualidade. A cirurgia pode auxiliar na tentativa de minimizar problemas e conflitos potenciais pela inadequação às “normas de gênero”, diante de uma demensão identitária referente às discussões de gênero, principalmente em ambientes que obriguem explicações sobre o mesmo.²⁹

Ainda é necessário destacar que, com o crescente movimento feminista, muitas mulheres transexuais têm levantado uma bandeira importante, a questão da objetificação do corpo feminino. Hoje em dia, temos um novo conceito dentro do movimento transexual, que são as mulheres transexuais não-binárias, ou seja, aquelas que nasceram com órgão sexual masculino, se identificam com o gênero feminino, no entanto não buscam a adaptação dos seus corpos ao que se espera de um corpo feminino.

Para elas, a sua identificação social não pode ser validada pela sociedade apenas depois de modificarem seus corpos, adequando-o aquilo que a sociedade entende como feminino. Tendo em vista que identidade de gênero diz respeito a como o indivíduo se entende e se realiza, o seu corpo não deveria ser para o outro, mas para si mesmo. A partir do momento que se compreendem mulheres, devem ser reconhecidas como tal.

Assim afirma Fernando Dantas Vieira:

Sou uma pessoa trans não binária, ou seja, não me reconheço em nenhum dos estereótipos de gênero correntes nos discursos dominantes. Nem homem e nem mulher, ou, como diria minha querida Laerte Coutinho, sou outras palavras, estas não me contemplam.³⁰

²⁹ Bomfim, Patrick Thiago. **Discriminação e Preconceito: Identidade, cotidiano e religiosidade de travestis e transexuais**. In: Brasília. Tese de mestrado da Universidade Católica de Brasília, disponível em <http://www.bdt.d.ucb.br/tede/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1138>. Acesso em 20 abr. 2017.

³⁰ Fonte: **Revista Fórum**. Texto de Fernando Dantas Vieira, pesquisadora associada do Núcleo de Políticas de Gênero e Sexualidade da Unilab. Disponível em: <<https://www.revistaforum.com.br/osentendidos/2015/01/29/nem-homem-nem-mulher-a-visibilidade-trans-e-tambem-nao-binaria/>>. Acesso em 20 abr. 2017.

Atualmente, para as mulheres transexuais que buscam a adequação de seus corpos, não há melhor solução do que a cirurgia de mudança de sexo. No entanto, não se trata de um procedimento onde o indivíduo busca apenas mudar de sexo, mas se adequar à forma com a qual se enxerga, com a qual o seu psicológico acredita ser a sua identidade. Trata-se de um procedimento ligado diretamente à saúde do indivíduo.

Para a realização de tal procedimento, o transexual é submetido a uma triagem rigorosa, que visa assegurar as chances de sucesso pós-operatório, visto se tratar de uma cirurgia irreversível.

A Resolução 1.482/97³¹ do Conselho Federal de Medicina, que autorizou a cirurgia de transgenitalização em caráter experimental, foi a primeira a reconhecer o direito do transexual ao próprio corpo, e assim, passou a não responsabilizar os médicos envolvidos na cirurgia criminalmente, por lesão corporal de natureza grave. Nela estabeleceram-se os critérios para a realização, quais sejam, os pacientes devem ser acompanhados por uma equipe médica multidisciplinar, composta por endocrinologista, psicólogo, psiquiatra, assistente social e cirurgião plástico, em acompanhamento por pelo menos dois anos. Além do diagnóstico de transexualidade, a maioria de 21 anos e a ausência de características físicas inapropriadas a realização da cirurgia. Ademais, exige-se o consentimento livre e esclarecido, conforme a Resolução do Conselho Nacional de Saúde nº 196/96³². Esta foi revogada pela Resolução nº 1.652/02 do CFM, que passou a autorizar a realização da cirurgia de transgenitalização, não mais em caráter experimental, e acrescentou, a título experimental, a realização de cirurgia do tipo neofaloplastia, mas manteve os critérios para a sua realização. Em 2010 houve nova revogação, pela Resolução nº 1.955/2010³³, desta vez para aumentar os procedimentos

³¹ Conselho Federal de Medicina. **Resolução nº 1.482**, de 10 set. 1997. Autoriza, a título experimental, a realização de cirurgia de transgenitalização do tiponeocolpovulvoplastia, neofaloplastia e ou procedimentos complementares sobre gônadas e caracteres sexuais secundários como tratamento dos casos de transexualismo. Brasília-DF. Disponível em: < <https://sistemas.cfm.org.br/normas/visualizar/resolucoes/BR/1997/1482>>. Acesso em: 04 jun. 2017.

³² Brasil. Ministério da Saúde, Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 196**, de 10 out. 1996. Aprova as seguintes diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Disponível em: < http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/1996/res0196_10_10_1996.html>. Acesso em: 04 jun. 2017.

³³ Conselho Federal de Medicina. Resolução CFM nº 1.955/2010. Publicada no D.O.U. de 3 de setembro de 2010, Seção I, p. 109-10. Disponível em: < http://www.portalmedico.org.br/resolucoes/CFM/2010/1955_2010.htm>. Acesso em: 04 jun. 2017.

autorizados, tais como a necopuvulvoplastia e outros complementares, mas ainda manteve o caráter experimental da neofaloplastia.

Para nós, juridicamente, não há que se falar em ilicitude ou buscar um controle judicial da cirurgia de adequação sexual, tendo em vista que os aspectos para sua realização são notadamente de competência médica e científica. Outrossim, os médicos envolvidos neste procedimento buscam, ao final, melhorar a saúde mental do paciente, com o intuito de permitir a integração pessoal e social do indivíduo ao sexo a que possui convicção de pertencer. Portanto, também não é condenável a intervenção do médico, pois não há dolo nem intenção de mutilar o indivíduo, mas sim de amenizar seu quadro clínico psicológico. A cirurgia não é criminosa, pois não há tipicidade, que, como sabemos, para ser considerada criminosa uma conduta deve estar tipificada em lei. Além disso, como mencionado, a Resolução de 1997 do CFM, autorizando a cirurgia, retirou dela qualquer possibilidade de incriminação das pessoas envolvidas em sua realização.

Cabe salientar que, em 1997, quando a cirurgia foi reconhecida pelo Conselho Federal de Medicina, fora feito em caráter experimental. Apenas em 2002 a prática deixou de ser experimental, através da Resolução 1.652/02. E em 2008 o Ministério da Saúde assumiu os custos da cirurgia de mudança de sexo, dando a esta questão o status de saúde pública, porém apenas a transgenitalização de homem para mulher. Somente em 2013, pela Portaria nº 2.803, o processo de transgenitalização foi redefinido e ampliado no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, inserindo novos procedimentos hospitalares e métodos para a mudança de mulher para homem (em caráter experimental), além da inserção de novos procedimentos cirúrgicos, como a colocação de prótese mamária e a tireoplastia, também terapia com hormônios e atendimento psicológico e de assistência social.

Posto isto, para este trabalho importa considerar a questão da mulher transexual, ou seja, o indivíduo que nasceu com o órgão sexual masculino, mas se identifica com a personalidade feminina e busca seu reconhecimento social como mulher, e, a grande maioria, a adequação do seu corpo a este sexo, o que se fará a seguir.

2.2 Reconhecimento da mulher transexual na sociedade brasileira

Conforme estabelecido anteriormente, a cirurgia de transgenitalização é custeada pelo Sistema único de Saúde – SUS. No entanto, no Brasil, atualmente, conforme o parágrafo único do artigo 9º da Portaria 2.083 de 2013, e suas posteriores alterações, apenas 5 hospitais públicos oferecem os procedimentos exigidos nas Resoluções supramencionadas. São eles: Hospital de Clínicas de Porto Alegre - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (RS), Hospital Universitário Pedro Ernesto - Universidade Estadual do Rio de Janeiro (RJ), Hospital de Clínicas - Universidade de São Paulo (SP), Hospital das Clínicas - Universidade Federal de Pernambuco (PE) e Hospital das Clínicas - Universidade Federal de Goiás (GO)³⁴.

Portanto, podemos imaginar a longa fila de espera para realizar a cirurgia gratuitamente. Do ano de 2008, quando o “processo transexualizador” foi incorporado ao SUS, até 2014, foram feitos 9.867 procedimentos, somando os cirúrgicos e os não cirúrgicos. Porém, a fila de espera é de no mínimo três anos, de acordo com os dados mais recentes, principalmente pela escassez de redes credenciadas para os procedimentos. Noutro giro, também podemos perceber que os custos para a realização da cirurgia de adequação de sexo são extremamente altos, alguns planos de saúde chegam a cobrar R\$30 mil reais, o que dificulta ainda mais para essas mulheres a realização da mudança.

Ocorre que, nem todas as mulheres transexuais possuem condições financeiras de realizar a cirurgia de transgenitalização, e as demais intervenções cirúrgicas pertinentes no caso da adequação de homem para mulher, quais sejam, a colocação de prótese mamária, as injeções de hormônio, histerectomia (retirada do útero) e a tireoplastia (mudança da voz). Assim, passar anos na fila de espera do SUS, não se mostra razoável quando falamos sobre a dignidade da pessoa humana, e muitas vezes, condições psicológicas tão graves que levam a morte. Mesmo que não seja o enfoque dessa discussão, é mister analisar alguns fatores socioeconômicos que permeiam esta questão.

³⁴ Brasil. Ministério da Saúde, Portal Saúde. **Processo Transexualizador**. Disponível em: <<http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/o-ministerio/principal/secretarias/1174-sgep-raiz/lgbt/21885-processo-transexualizador>>. Acesso em: 04 jun. 2017.

É sabido que não só a mulher transexual, mas os transexuais em geral, bem como os travestis, formam uma minoria marginalizada da nossa sociedade, em virtude de se considerar “anormal” tudo o que foge ao padrão heteronormativo.

Aqui, cabe esclarecer que, diferentemente da maioria dos transexuais, os travestis são pessoas que nascem identificadas como do sexo masculino, mas que se vestem, vivem e assumem cotidianamente, ou não, os comportamentos femininos e buscam fazer modificações em seus corpos, desde a aplicação de hormônios, até a cirurgia plástica de colocação de prótese mamária. No entanto, não sentem desconforto algum com o seu órgão genital, como é o caso da maioria dos transexuais que buscam a adaptação dos seus corpos ao gênero com o qual se entendem.

Nesse sentido, pessoas transexuais, bem como travestis, encontram muito mais dificuldades para realizar coisas básicas, tais como concluir os estudos³⁵ ou arrumar um emprego³⁶, e por consequência, manter uma vida digna, desde pagar o aluguel, fazer as compras do mês, fazer amigos, etc. Assim, compreende-se o fato de grande parte dos transexuais começarem a se prostituir³⁷ ou praticar delitos, para suprir suas necessidades financeiras.

Quando falamos em reconhecimento da mulher transexual na sociedade, colocamos em discussão dois tipos de conflitos enfrentados por essas mulheres: primeiro, e já amplamente discutido neste capítulo, os intra-individuais, ou seja, os conflitos que enfrentam com elas mesmas, desde a descoberta e aceitação da transexualidade até a convivência com um corpo que não reconhece como seu; e também, os interindividuais, referentes aos conflitos do indivíduo com o outro, com a sociedade a qual pertence.

Através do processo de transexualização, isto é, da cirurgia de adequação sexual, o primeiro conflito é minorado, ou mesmo solucionado com a adequação fisionômica ao gênero. Todavia, não é o suficiente, haja vista o conflito social ser tão prejudicial quanto o conflito de

³⁵ Dados da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLBT) informam que a evasão escolar entre transexuais e travestis chega a 73%.

³⁶ Segundo a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 61% das pessoas transexuais não possuem ensino médio, 50% não têm moradia adequada e 80% não têm qualquer tipo de renda fixa.

³⁷ A maioria da população trans (cerca de 90%) trabalha na prostituição, porque não teve acesso a uma educação formal.

identidade de gênero. Pois, vivendo em sociedade, o reconhecimento é condição *sine qua non* para a plenitude da dignidade da pessoa humana.

Quando a mulher transexual recorre a transgenitalização, espera que isto seja o suficiente para que seja aceita e reconhecida socialmente como uma mulher nascida como tal (cisgênero)³⁸. Porém, a anatomia dos corpos não basta e, como é sabido, nossa sociedade “respira” preconceitos e a transfobia é mais um exemplo deles.

Todos esses preconceitos decorrem de séculos de marginalização daquilo que foge aos padrões sociais impostos, são construções históricas. Entretanto, sem aprofundar essa discussão, como se permitiu, ao longo dos anos, normatizar e naturalizar padrões que matam?³⁹ Atualmente, as sociedades contemporâneas sofrem com a legitimação de abusos e violências simplesmente por terem enraizado preconceitos em razões de padrões estabelecidos a partir da vida em sociedade.

Nosso sistema patriarcal molda a sociedade a partir de uma visão masculina em todos os âmbitos sociais. A partir disso, podemos concluir que nem mesmo o que diz respeito a nós, mulheres, foi decidido por nós. A essência da mulher foi imposta por homens, e pudemos comprovar isso quando discutimos acerca do sistema penitenciário e a criação das penitenciárias femininas.

Ser mulher depende da aparência, das ações e reações que praticamos, e esses padrões femininos aceitáveis, não somente, não foram estipulados por nós, como também são julgados por todos na sociedade em que vivemos. Caso um indivíduo não se encaixe nesses padrões, será estigmatizado socialmente, e, mesmo que se identifique como mulher, pode sequer ser vista como uma.

Até mesmo uma mulher cis sofre com os padrões sociais impostos. Nós mulheres sofremos séculos de opressão, e hoje em dia lutamos diariamente para conseguirmos igualdade

³⁸ Pessoas cisgênero/cissexuais (ou pessoas cis, como forma de abreviação) são todas aquelas que encontram conexão entre seu sexo e o gênero designado ao nascimento.

³⁹ O último levantamento sobre mortes de LGBT, realizado pelo Trans Murder Monitoring – TMM, e reconhecido pela Secretaria de Direitos Humanos do Brasil, realizado em 2016, aponta o Brasil como líder no *ranking* de países que mais matam LGBT no mundo. Disponível em: <<http://transrespect.org/en/idahot-2016-tmm-update/>>. Acesso em: 05 jun. 2017.

em todos os âmbitos sociais. Mas, para atingir a igualdade, precisamos nos esforçar muito mais que um homem, como se tudo o que fazemos tivesse que ser comprovado (por um homem, obviamente) para ser considerado certo. Nesse sentido, quando essa teoria é aplicada às mulheres trans, a opressão e aprovação são intensificadas. E mesmo quando uma mulher trans entra nos padrões femininos aceitáveis, basta dizer que é trans para que seja novamente excluída, como se houvesse a desconsideração da sua personalidade.

Mulheres transexuais não são aceitas como mulheres até mesmo pelas outras mulheres. Ou seja, além de passar pelo crivo dos homens (mais duramente que uma mulher cis), sofrem a desaprovação do próprio grupo social com o qual se identificam, até mesmo quando cirurgiadas.

A falta de reconhecimento social da mulher trans está diretamente ligado à misoginia que nossa sociedade carrega, que julga toda mulher como um ser inferior por comportar características daquilo que a sociedade julga feminino. Soma-se a ela a construção histórica de preconceito contra tudo o que não segue o padrão heteronormativo, entendido como o “normal”, e que nega todas as demais formas de relação não lineares existentes.

Acrescenta-se a isso, a omissão legislativa sobre pessoas transexuais e seus direitos, que são diariamente negados e postos à prova, fato que não deveria precisar ser discutido, haja vista estarmos tratando de pessoas, que são “tão pessoas” quanto as que estão no padrão social aceitável.

Por fim, a falta de reconhecimento pelo próprio Estado faz com que não haja uma busca constante por incentivar a aceitação e o respeito de toda a sociedade, de forma efetiva.

As violências que uma mulher trans sofre cotidianamente dentro da nossa sociedade são aumentadas expressivamente quando levamos a discussão para dentro dos presídios. A uma, porque não há um reconhecimento social da mulher transexual. Sendo assim, mesmo quando encarceradas em presídios femininos, são estigmatizadas pelas demais detentas. E outra, porque seus direitos civis não são respeitados ou são omissos, como veremos a seguir.

2.3 Direitos e garantias fundamentais do ser humano: os direitos reconhecidos à mulher transexual

Em 10 de dezembro de 1948 foi aprovada a Declaração Universal dos Direitos do Homem (The Universal Declaration of Human Rights) com 37 artigos precedidos de um preâmbulo com sete considerações, onde reconhece solenemente a dignidade da pessoa humana como base da liberdade, da justiça e da paz; o ideal democrático com fulcro no progresso econômico, social e cultural; o direito de resistência à opressão e, por último, a concepção comum desses direitos. Por isso, estabelece os direitos nela declarados como indivisíveis, inter-relacionados e interdependentes, enfatizando, assim, o alcance universal dos direitos humanos, que devem ser observados independentemente das adversidades políticas, culturais, econômicas e religiosas de cada sociedade.

Os direitos e garantias fundamentais do ser humano, ou os direitos humanos, como são comumente chamados, são os direitos inerentes a todos os seres humanos. A própria Constituição da República de 1988 revela a diversidade terminológica na abordagem dos direitos fundamentais, utilizando expressões como direitos humanos (artigo 4º, inciso II), direitos e garantias fundamentais (Título II e artigo 5º, parágrafo 1º), direitos e liberdades constitucionais (artigo 5º, inciso LXXI) e direitos e garantias individuais (artigo 60, parágrafo 4º, inciso IV). E, por serem intrínsecos aos homens, devem ser garantidos independentemente de raça, cor, sexo, nacionalidade, etnia, religião, ou qualquer outra condição, como gênero, por exemplo.

Embora essas expressões sejam comumente empregadas como sinônimas, Ingo Sarlet chama a atenção para a necessidade de apartar os sentidos das expressões “direitos fundamentais” e “direitos humanos”. A primeira expressão (direitos fundamentais) deveria ser reservada “para aqueles direitos do ser humano reconhecidos e positivados na esfera do direito constitucional positivo de determinado Estado”, enquanto que a segunda (direitos humanos) deveria ser empregada para fazer referência “àquelas posições jurídicas que se reconhecem ao ser humano como tal, independentemente de sua vinculação com determinada ordem

constitucional, e que, portanto, aspiram à validade universal, para todos os povos e tempos, de tal sorte que revelam um inequívoco caráter supranacional (internacional)”.⁴⁰

Os direitos humanos foram, e são, historicamente afirmados. São uma construção das sociedades políticas, que asseveram as liberdades individuais e impõem limitações e deveres de ação ou omissão do Estado. São, dessa forma, reafirmados cotidianamente na vivência e defesa dos direitos e deveres mais primários à organização social.

Esses direitos dividem-se em dimensões e incluem o direito à vida, à liberdade, ao trabalho, à educação, à liberdade de expressão, entre outros. Eles se fundam sobre o respeito pela dignidade e o valor de cada pessoa.

Os direitos fundamentais de primeira dimensão estão presentes em todas as Constituições das sociedades democráticas e são integrados pelos direitos civis e políticos, como por exemplo o direito à vida, à intimidade, à inviolabilidade de domicílio, à propriedade, à igualdade perante a lei etc. Sobre o tema, Paulo Bonavides ministra:

Os direitos da primeira geração são os direitos da liberdade, os primeiros a constarem do instrumento normativo constitucional, a saber, os direitos civis e políticos, que em grande parte correspondem, por um prisma histórico, àquela fase inaugural do constitucionalismo do Ocidente.

[...]

Os direitos de primeira geração ou os direitos de liberdade têm por titular o indivíduo, são oponíveis ao Estado, traduzem-se como faculdades ou atributos da pessoa que ostentam na subjetividade que é seu traço mais característico; enfim, são direitos de resistência ou de oposição perante o Estado.⁴¹

A segunda dimensão dos direitos fundamentais exige do Estado uma ação que possa proporcionar condições mínimas de vida com dignidade. Refere-se aos direitos sociais, econômicos e culturais. Esses buscam diminuir as desigualdades sociais, proporcionando proteção aos mais fracos. Os direitos da referida dimensão estão ligados diretamente a direitos prestacionais sociais do Estado frente ao indivíduo, como assistência social, educação, saúde, cultura, trabalho, lazer, dentre outros.

⁴⁰ Sarlet, Ingo Wolfgang. **A Eficácia dos Direitos Fundamentais**. 2001, p. 33.

⁴¹ Bonavides, Paulo. **Curso de direito constitucional**. 18. ed. São Paulo: Malheiros, 2006, p. 563-564.

Os direitos de terceira dimensão são os direitos coletivos em sentido amplo, também conhecidos como interesses transindividuais, gênero em que estão incluídos os direitos difusos, os coletivos em sentido estrito e os direitos individuais homogêneos. Apesar de tratar de direitos coletivos, como o direito ao meio ambiente equilibrado, a autodeterminação dos povos, ao progresso, a qualidade de vida, não significa que a vida humana, o ser humano não seja mais o titular de direitos, muito pelo contrário, pois é da proteção do próprio ser humano que emanam tais direitos.

Alguns autores já falam em direitos fundamentais de quarta dimensão, como Paulo Bonavides, Celso Ribeiro Bastos, André Ramos Tavares, Norberto Bobbio, Ana Cláudia Silva Scalquette, entre outros. Esses afirmam que a quarta dimensão refere-se ao direito à democracia, à informação e ao pluralismo, que seriam o complemento para uma sociedade aberta para o futuro. Assim leciona Bonavides:

São direitos de quarta geração o direito à democracia, o direito à informação e o direito ao pluralismo. Deles depende a concretização da sociedade aberta para o futuro, em sua dimensão de máxima universalidade, para a qual parece o mundo inclinar-se no plano de todas as relações de convivência.⁴²

Com a Constituição Federal de 1988, o Brasil passou a ratificar os principais tratados de proteção aos Direitos Humanos: a Convenção interamericana para prevenir e punir a tortura, a Convenção contra a tortura e outros tratamentos cruéis, a Convenção sobre os direitos da criança, o Pacto interamericano dos direitos civis e políticos, o Pacto internacional dos direitos econômicos, sociais e culturais, a Convenção americana de direitos humanos, a Convenção interamericana para prevenir e erradicar a violência contra a mulher, o Protocolo à convenção americana referente à abolição da pena de morte e o Protocolo à convenção americana referente aos direitos econômicos, sociais e culturais.

Nossa Constituição, em todos os seus artigos, reflete os direitos e garantias fundamentais, pautados pela prevalência dos direitos humanos e revestidos da dignidade pessoa humana.

Inúmeros são os direitos e garantias fundamentais assegurados, tanto individual quanto coletivamente, em nossa Carta Magna. Como exemplo, temos a garantia da igualdade perante

⁴² Bonavides, Paulo. **Curso de direito constitucional**. 18. ed. São Paulo: Malheiros, 2006, p. 571.

a lei, a inviolabilidade da propriedade privada, a liberdade de consciência, a liberdade de ir e vir, a liberdade de associação, a propriedade, a legalidade, etc. Essas garantias são direcionadas à proteção do indivíduo, e ao mesmo tempo são proibições ao Estado de lesar aquele, por meio de leis, atos administrativos e decisões judiciais. Além dos direitos subjetivos, constitucionalmente garantidos a todo e qualquer cidadão, no que tange à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade (artigo 5º), oponíveis a qualquer pessoa, inclusive ao Estado.

No entanto, o cenário atual dos direitos humanos atravessa um paradoxo. Na medida em que diversos direitos já foram devidamente afirmados, outros emergem, merecendo ainda mais defesa, promoção e proteção. Trata-se do reconhecimento de novos atores sociais e novas demandas públicas, que determinam ações positivas, de modo a asseverar o respeito à diversidade humana.

O reconhecimento de direitos e garantias às comunidades GLBTT é uma necessidade contemporânea e permanente, seja pela necessidade de respeito a toda diferença humana, ou pelo desafio de combater a homofobia e suas manifestações de ódio, violência e intolerância.

Ao Estado cabe zelar pelos direitos e garantias fundamentais consagradas pelo nosso ordenamento pátrio. Por isso, tem o dever de coibir quaisquer ações discriminatórias em razão da identidade de gênero dos indivíduos e, assim, promover os direitos humanos da população GLBTT, garantindo-lhes respeito, igualdade de condições e dignidade.

Além de declarar os direitos do homem, a Declaração de 1948 teve o papel importante de apresentar uma nova perspectiva da diferença, assinalando uma releitura das desigualdades, que antes havia sido fundamento para a perseguição e aniquilação das pessoas em favor da “pureza racial”. Agora, a distinção entre os homens é o que assegura que todos tenham os mesmos direitos de dignidade, que são intrínsecos aos seres humanos, reconhecendo, assim, a diversidade como elemento da integralidade humana, pois, é a partir do desigual que se deve assegurar o respeito a sua integralidade.

Todavia, a concretização dos direitos humanos transpassa a sua afirmação ou contradições inerentes, fazendo recair na esfera política a responsabilidade por essa concretização, tanto no âmbito privado quanto no público.

Bobbio já afirmava a natureza política da solução desse problema atual de concretização:

Nem tudo que é desejável e merecedor de ser perseguido é realizável. Para a realização dos direitos do homem, são freqüentemente necessárias condições objetivas que não dependem da boa vontade dos que o proclamam, nem das boas disposições dos que possuem os meios de protegê-los. (...) O problema de sua realização não é nem filosófico nem moral. Mas tampouco é um problema jurídico. (...) A efetivação de uma maior proteção dos direitos do homem está ligada ao desenvolvimento global da civilização humana. É um problema que não pode ser isolado, sob pena, não digo de não resolvê-lo, mas de sequer compreendê-lo em sua real dimensão. Quem o isola já o perdeu.⁴³

Dessa forma, cabe às organizações da sociedade civil exercer a devida promoção dos direitos humanos e o controle efetivo no que tange ao seu cumprimento e respeito aos princípios e a proteção da pessoa humana. Contudo, é sobre os poderes públicos que deve recair a obrigação de realizar os direitos humanos, através de uma prestação positiva, assim como cuidar e garantir o seu cumprimento. É do Estado a competência de investigar e punir para fazer concretos os direitos e garantias inerentes à dignidade da pessoa humana. Assim afirma Dimitri Sales:

Importa dilatar a capacidade de atuação política, permitindo a devida compreensão dos papéis destinados à sociedade civil e aos governos na proteção e promoção dos direitos humanos. Trata-se de reafirmar a responsabilidade coletiva na defesa da dignidade humana como mecanismo de asseverar a continuidade da marcha histórica dos direitos humanos de todos, possibilitando a consolidação dos ideais do Estado Democrático de Direito, doravante um Estado de plena realização da Justiça e da Cidadania.⁴⁴

⁴³ Bobbio, Norberto. **A era dos Direitos**. Editora Campus, Rio de Janeiro, 1992, pág 44-45. Tradução Carlos Nelson Coutinho. Disponível em: < <https://pt.scribd.com/doc/310768590/Bobbio-Norberto-A-era-dos-direitos-pdf>>.

⁴⁴Sales, Dimitri. **Afirmação dos direitos humanos e a população GLBTT**. Disponível em: <http://www.voceve.com.br/morganamix/index.asp?site=manifesto/julho/dimitri_01.html>. Acesso em: 07 abr. 2017.

No contexto que se pretende este trabalho, temos que abordar especificamente o princípio da dignidade da pessoa humana, haja vista o Estado Brasileiro o ter como fundamento e declara-lo como direito e garantia fundamental, mas nem sempre o respeitar. No fim, a omissão do Estado no que se refere às pessoas transexuais, desrespeita o princípio fundamental no qual se pauta nossa Constituição.

O princípio da dignidade da pessoa humana decorre do fato de todo homem ter como atributo inerente a dignidade e, como a pessoa humana é o fundamento, meio e fim do direito, cabe a ele proteger e promover esse preceito. Dessa forma, constitui um valor universal, não obstante as diversidades, como supramencionado.

Apesar de se tratar de um conceito difícil de ser atingido, pela complexidade que decorre de diversos fatores, como por exemplo econômicos, culturais, entre outros, essas diferenças não eliminam o caráter universal da ideia de respeito à dignidade da pessoa humana.

Superado isto, a dignidade é composta por um conjunto de direitos existenciais que pertencem aos homens em igual proporção, assim, não há que se falar em maior ou menor dignidade.

Dentro dos chamados direitos existenciais, que decorrem da dignidade humana, devemos atentar aos direitos da personalidade, que também são inerentes aos homens e existem independentemente do direito positivo, que deve limitar-se a reconhecê-los e sancioná-los. São direitos definidos como irrenunciáveis e intransmissíveis e referem-se ao direito que todo ser humano tem de controlar o uso do seu corpo, nome, imagem e qualquer outro aspecto constitutivo de sua identidade, ou seja, estão diretamente ligados à promoção da pessoa na defesa de sua essência e dignidade, como assevera no Código Civil.

Parte da doutrina entende que os direitos da personalidade estão fundados no direito civil e os direitos fundamentais, no direito constitucional, tratando de forma separada os dois conceitos. No entanto, majoritariamente, observam que todos os direitos da personalidade correspondem a direitos fundamentais, salientando, todavia, que o contrário não é verdadeiro, pois nem todos os direitos fundamentais são direitos da personalidade.

No entanto, apesar de todas essas garantias constitucionais e direitos, o que se vê hoje em dia é uma “caça às bruxas” dos grupos GLBTT. Bullying, discriminação, agressões, suicídios, assassinatos. Soma-se a isso, a ausência de políticas públicas que assegurem o respeito e cumprimento das garantias e direitos desse grupo.

Conforme mencionado, os direitos da personalidade, já que decorrentes da dignidade da pessoa humana, devem ser garantidos a todos os seres humanos sem distinção. Ocorre que, quando falamos na população GLBTT, esses direitos são violados em suas mais diversas extensões.

A começar pelo tardio reconhecimento à cirurgia de redesignação sexual como direito, que se deu apenas em 1997, com a Resolução do Conselho Federal de Medicina. E somente em 2008 passou a ser tratada como caso de saúde pública, quando o Estado passou a custear a cirurgia. Entretanto, destaca-se que, embora tardio, o direito ao corpo do transexual já é garantido, apesar do processo lento e da pouca estrutura oferecida, o que culmina em longa espera, conforme já abordamos.

Após passar por todo o procedimento necessário à cirurgia de adequação sexual, o transexual ainda precisa ultrapassar a barreira burocrática-jurídica para alcançar a adequação⁴⁵ de nome, prenome e sexo no seu registro civil, e dessa forma acessar plena e efetivamente os seus direitos da personalidade, já que nossas leis não garantem os direitos da personalidade aos transexuais. Por isso, precisam do aval judicial para que isso ocorra.

As palavras da doutrinadora Tereza Rodrigues Vieira trazem esse questionamento:

O transexual não quer muito, quer apenas o mínimo essencial para uma sobrevivência digna, procurando o equilíbrio entre os direitos fundamentais e os sociais. O direito à busca do equilíbrio corpo-mente do transexual, ou seja, à adequação do sexo e prenome, está ancorado no direito ao próprio corpo, no direito à saúde e, principalmente, no direito à identidade sexual, a qual integra um poderoso aspecto da identidade pessoal.⁴⁶

⁴⁵ Não se deve falar em **alteração**, neste caso, haja vista não se tratar de uma simples mudança baseada na vontade do autor. Mas sim, em **adequação**, visto que se refere a forma de adequar o estado jurídico à situação de fato da pessoa.

⁴⁶ Vieira, Tereza Rodrigues. **Mudança de Sexo: Aspectos Médicos, Psicológicos e Jurídicos**. São Paulo: Livraria Santos Editora, 1996. p. 118.

A adequação do registro civil, no tocante ao prenome e ao sexo do indivíduo, constitui uma das últimas etapas a serem superadas pelo transexual na adequação da sua situação jurídica e sua situação de fato, uma etapa essencial na busca por uma vida digna e plena.

Maria Helena Diniz leciona que:

O nome integra a personalidade por ser o sinal exterior pelo qual se designa, se individualiza e se reconhece a pessoa no seio da família e da sociedade: daí ser inalienável, imprescritível e protegido juridicamente.⁴⁷

A respeito disso, pode-se destacar o avanço acerca da aceitação do nome social, por diversos órgãos e instituições. o Conselho Regional de Medicina de São Paulo em sua resolução nº 208/09, artigo 2º assegura à população de travestis e transexuais o direito de usar o nome social durante o atendimento médico, tendo por base da resolução o respeito ao ser humanos; órgãos ligados ao Ministério da Educação também tem resoluções no mesmo sentido de aceitação do nome social em registros escolares, para assegurar o acesso, permanência e êxito desses cidadãos no processo de escolarização; o Governo do Estado do Rio de Janeiro, utilizando-se do argumento de evitar a discriminação, editou um decreto⁴⁸ que possibilita travestis e transexuais a utilizarem o nome social na administração pública do Estado do Rio de Janeiro, visando à construção de uma política pública estadual de combate à homofobia e a promoção da cidadania da população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, de modo a garantir a consolidação dos direitos GLBTT na gestão pública do Estado do Rio de Janeiro, entre outros.

O nome social é aquele pelo qual os transexuais preferem ser chamados, e difere do nome no registro civil, que, geralmente, corresponde ao sexo biológico. A não adoção do nome social fere o princípio da dignidade da pessoa humana, além de causar constrangimento psicológico e social.

Não possibilitar que as pessoas possam escolher como desejam ser denominadas de acordo com o entendimento íntimo sobre seu gênero é cercear direitos fundamentais e impedir

⁴⁷ Diniz, M. H. **Curso de Direito Civil brasileiro: 1. Teoria geral do direito civil**. 28ª ed. São Paulo: Saraiva, 2011. P. 225.

⁴⁸ Brasil. **Decreto nº. 43.065**, de 08 de julho de 2011. Dispõem sobre o direito ao uso do nome social por travestis e transexuais na administração direta e indireta do estado do rio de janeiro e dá outras providências.

o exercício de sua cidadania assegurado na Carta Magna, pois estarão constantemente sujeitas a situações constrangedoras que limitam o exercício de seus direitos.

O Decreto nº 7037/2009 que aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3, em seu objetivo estratégico IV, que versa sobre a garantia do respeito à livre orientação sexual e identidade de gênero estabelece que é necessário desenvolver meios para garantir o uso do nome social das travestis e transexuais. Contudo, as disposições sobre a aceitação do uso do nome social são meras resoluções.

Outrossim, a retificação do registro civil, ou seja, a mudança de prenome para pessoas transexuais no Brasil não tem amparo legal específico. Por isso, muitas mulheres trans ainda não têm em seus documentos o nome social que escolheram adotar. A fim de tutelar esse direito, utilizam-se de leis gerais, como a Lei 6015/73, que dispõe sobre os registros públicos. Prega o artigo 58 da referida lei: “O prenome será definitivo, admitindo-se, todavia, a sua substituição por apelidos públicos notórios. (Redação dada pela Lei nº 9.708, de 1998). ”⁴⁹

Assim é a situação das mulheres transexuais. Essas pessoas possuem um apelido público e notório e são identificados por ele pelos amigos e familiares.

Como não há no Brasil nenhuma lei que regule o nome social ou permita a mudança de prenome no registro civil, as mulheres nesta condição por muitas vezes abdicam seus direitos por medo de passar por situações vexatórias em consultórios médicos, instituições de ensino, no mercado de trabalho e em situações do cotidiano.

Por conta disso, ocorre a marginalização dessa minoria que, ao fim, não tem uma vida digna, pois lhe é negado tratamento justo, igualitário e sem constrangimentos em todos os âmbitos de exercício de sua vida civil.

Nesse sentido, considerando que a cirurgia modificou o sexo do indivíduo, o nome deveria ser automaticamente adequado a situação de fato, sem a utilização de nome social, que por muitos é visto como uma forma ineficaz de solucionar o problema, já que não resolve a questão do registro civil.

⁴⁹ Brasil. **Lei Nº 6.015**, de 31 de dezembro de 1973. Dispõe sobre os registros públicos, e dá outras providências.

A construção jurídica existente no direito brasileiro sobre o tema vem de construções doutrinárias, jurisprudenciais e do direito comparado, não possuindo uma construção legislativa específica sobre os direitos dos transexuais. Contudo, apesar da omissão da Lei, não se trata de uma omissão completa do Poder Legislativo, pois existem projetos de lei tramitando no Congresso que tem por objeto direitos da minoria transexual. Nenhum desses projetos foi aprovado e, por isso, a lei é omissa no que diz respeito aos transexuais.

Cabe salientar, o inegável avanço das decisões judiciais brasileiras no que tange aos direitos dos transexuais. No entanto, essas decisões só se fazem necessárias devido a omissão do legislador no ordenamento jurídico.

A jurisprudência tem encontrado formas de suprir essa lacuna no caso concreto, nas quais o aplicador da norma tem atuado muitas vezes como verdadeiro “legislador positivo”.

Hoje em dia, tornou-se fundamental a elaboração de uma legislação mais ampla que possa nortear a atividade do Judiciário, para evitar que os tribunais e membros do Ministério Público, por desinformação acerca dos aspectos contemporâneos dessa questão, deixem de agir da forma mais apropriada para atender aos interesses dessa minoria.

Os aspectos penais do tema não têm despertado problemas complexos, visto que, na prática, o consentimento médico já se encontra consolidado para descaracterizar a existência de um crime, conforme já discutimos nos tópicos anteriores. Contudo, isso não ocorre com aspectos relativos à identificação civil. É também pressuroso que o legislador cuide dos aspectos relativos ao acesso aos meios necessários para a cirurgia de redesignação sexual, assim como traçar parâmetros claros para a realização cirurgia. Afinal, o procedimento terapêutico relaciona-se à plena efetivação do direito à saúde para os transexuais, sem o qual tornasse impossível usufruir uma vida plena.

A maior parte do judiciário brasileiro já decide de forma a garantir os direitos do transexual à mudança de nome, prenome e sexo no registro civil, fundamentando suas decisões no princípio da dignidade da pessoa humana, além da não exposição ao ridículo, já que as situações pelas quais passam os transexuais são vexatórias. Outras decisões negam em sua

totalidade os pedidos autorais. Algumas exigem que seja averbado que as mudanças no registro civil decorreram de sentença judicial. E há ainda aquelas que negam a adequação no registro civil quando o transexual não passou pela cirurgia de transgenitalização, com base no critério biológico⁵⁰. Todavia, essas decisões dependem de cada juiz, justamente por não haver nenhuma lei que regule o assunto.

Em 2009, o STJ julgou, através do Recurso Especial Nº 1.008.398 - SP (2007/0273360-5), o direito de um transexual a alteração de prenome e sexo no registro civil, mas neste caso já havia se submetido à cirurgia de redesignação sexual. Assim:

DIREITO CIVIL. RECURSO ESPECIAL. TRANSEXUAL SUBMETIDO À CIRURGIA DE REDESIGNAÇÃO SEXUAL. ALTERAÇÃO DO PRENOME E DESIGNATIVO DE SEXO. PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA. - Sob a perspectiva dos princípios da Bioética – de beneficência, autonomia e justiça –, a dignidade da pessoa humana deve ser resguardada, em um âmbito de tolerância, para que a mitigação do sofrimento humano possa ser o sustentáculo de decisões judiciais, no sentido de salvaguardar o bem supremo e foco principal do Direito: o ser humano em sua integridade física, psicológica, socioambiental e ético-espiritual. - A afirmação da identidade sexual, compreendida pela identidade humana, encerra a realização da dignidade, no que tange à possibilidade de expressar todos os atributos e características do gênero imanente a cada pessoa. Para o transexual, ter uma vida digna importa em ver reconhecida a sua identidade sexual, sob a ótica psicossocial, a refletir a verdade real por ele vivenciada e que se reflete na sociedade. - A falta de fôlego do Direito em acompanhar o fato social exige, pois, a invocação dos princípios que funcionam como fontes de oxigenação do ordenamento jurídico, marcadamente a dignidade da pessoa humana – cláusula geral que permite a tutela integral e unitária da pessoa, na solução das questões de interesse existencial humano. - Em última análise, afirmar a dignidade humana significa para cada um manifestar sua verdadeira identidade, o que inclui o reconhecimento da real identidade sexual, em respeito à pessoa humana como valor absoluto. - Somos todos filhos agraciados da liberdade do ser, tendo em perspectiva a transformação estrutural por que passa a família, que hoje apresenta molde eudemonista, cujo alvo é a promoção de cada um de seus componentes, em especial da prole, com o insigne propósito instrumental de torná-los aptos de realizar os atributos de sua personalidade e afirmar a sua dignidade como pessoa humana. - A situação fática experimentada pelo recorrente tem origem em idêntica problemática pela qual passam os transexuais em sua maioria: um ser humano aprisionado à anatomia de homem, com o sexo psicossocial feminino, que, após ser submetido à cirurgia de redesignação sexual, com a adequação dos genitais à imagem que tem de si e perante a sociedade, encontra obstáculos na vida civil, porque sua aparência morfológica não condiz com o registro de nascimento, quanto ao nome e designativo de sexo. - Conservar o “sexo masculino” no assento de nascimento do recorrente, em favor da realidade biológica e em detrimento das realidades psicológica e social, bem como morfológica, pois a aparência do transexual redesignado, em tudo se Documentação: 6666092 - EMENTA / ACORDÃO - Site certificado - DJe: 18/11/2009 Página 1 de 3 Superior Tribunal de Justiça assemelha ao sexo feminino, equivaleria a manter o recorrente em estado de anomalia, deixando de reconhecer seu direito de viver dignamente. - Assim, tendo o recorrente se submetido à cirurgia de redesignação sexual, nos termos do acórdão recorrido, existindo, portanto, motivo apto a ensejar a

⁵⁰ Fonte: **Boletim SEDIF – TJRJ**. Edição nº 178, em 01 de dezembro de 2014, p. 4. Disponível em: <<http://www.tjrj.jus.br/documents/10136/1617134/boletim-sedif-n-178-14.pdf>>. Acesso em: 16 nov. 2017.

alteração para a mudança de sexo no registro civil, e a fim de que os assentos sejam capazes de cumprir sua verdadeira função, qual seja, a de dar publicidade aos fatos relevantes da vida social do indivíduo, forçosa se mostra a admissibilidade da pretensão do recorrente, devendo ser alterado seu assento de nascimento a fim de que nele conste o sexo feminino, pelo qual é socialmente reconhecido. - Vetar a alteração do prenome do transexual redesignado corresponderia a mantê-lo em uma insustentável posição de angústia, incerteza e conflitos, que inegavelmente atinge a dignidade da pessoa humana assegurada pela Constituição Federal. No caso, a possibilidade de uma vida digna para o recorrente depende da alteração solicitada. E, tendo em vista que o autor vem utilizando o prenome feminino constante da inicial, para se identificar, razoável a sua adoção no assento de nascimento, seguido do sobrenome familiar, conforme dispõe o art. 58 da Lei n.º 6.015/73. - Deve, pois, ser facilitada a alteração do estado sexual, de quem já enfrentou tantas dificuldades ao longo da vida, vencendo-se a barreira do preconceito e da intolerância. O Direito não pode fechar os olhos para a realidade social estabelecida, notadamente no que concerne à identidade sexual, cuja realização afeta o mais íntimo aspecto da vida privada da pessoa. E a alteração do designativo de sexo, no registro civil, bem como do prenome do operado, é tão importante quanto a adequação cirúrgica, porquanto é desta um desdobramento, uma decorrência lógica que o Direito deve assegurar. - Assegurar ao transexual o exercício pleno de sua verdadeira identidade sexual consolida, sobretudo, o princípio constitucional da dignidade da pessoa humana, cuja tutela consiste em promover o desenvolvimento do ser humano sob todos os aspectos, garantindo que ele não seja desrespeitado tampouco violentado em sua integridade psicofísica. Poderá, dessa forma, o redesignado exercer, em amplitude, seus direitos civis, sem restrições de cunho discriminatório ou de intolerância, alçando sua autonomia privada em patamar de igualdade para com os demais integrantes da vida civil. A liberdade se refletirá na seara doméstica, profissional e social do recorrente, que terá, após longos anos de sofrimentos, constrangimentos, frustrações e dissabores, enfim, uma vida plena e digna. - De posicionamentos herméticos, no sentido de não se tolerar “imperfeições” como a esterilidade ou uma genitália que não se conforma exatamente com os referenciais científicos, e, conseqüentemente, negar a pretensão do transexual de ter alterado o designativo de sexo e nome, subjaz o perigo de estímulo a uma nova prática de eugenia social, objeto de combate da Bioética, que deve ser igualmente combatida pelo Direito, não se olvidando os horrores provocados pelo holocausto no século passado. Recurso especial provido.

Ainda neste ano, o Superior Tribunal de Justiça – STJ determinou também a alteração do prenome e do sexo de um transexual, decidindo pela expedição de uma nova certidão de registro civil, sem que constasse anotação sobre a decisão judicial (como vinha sendo feito), que de acordo com decisões recentes, também expõe o indivíduo ao ridículo, indo de encontro ao propósito da ação judicial. A decisão da Terceira Turma do STJ foi inédita porque garantiu que nova certidão civil seja feita sem que nela conste anotação sobre a decisão judicial. O registro de que a designação do sexo foi alterada judicialmente poderá figurar apenas nos livros cartorários.

Atualmente, o judiciário tem entendido, inclusive, pela adequação no registro civil independentemente da cirurgia de redesignação sexual, sob o fundamento de que o direito à identidade de gênero por si só justifica a retificação⁵¹.

Nesse sentido, tem-se a seguinte decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo:

RETIFICAÇÃO DE REGISTRO CIVIL. TRANSEXUAL QUE PRESERVA O FENÓTIPO MASCULINO. REQUERENTE QUE NÃO SE SUBMETEU À CIRURGIA DE TRANSGENITALIZAÇÃO, MAS QUE REQUER A MUDANÇA DE SEU NOME EM RAZÃO DE ADOTAR CARACTERÍSTICAS FEMININAS. POSSIBILIDADE. ADEQUAÇÃO AO SEXO PSICOLÓGICO. LAUDO PERICIAL QUE APONTOU TRANSEXUALISMO. Na hipótese dos autos, o autor pediu a retificação de seu registro civil para que possa adotar nome do gênero feminino, em razão de ser portador de transexualismo e ser reconhecido no meio social como mulher. Para conferir segurança e estabilidade às relações sociais, o nome é regido pelos princípios da imutabilidade e indisponibilidade, ainda que o seu detentor não o aprecie. Todavia, a imutabilidade do nome e dos apelidos de família não é mais tratada como regra absoluta. Tanto a lei, expressamente, como a doutrina buscando atender a outros interesses sociais mais relevantes, admitem sua alteração em algumas hipóteses. Os documentos juntados aos autos comprovam a manifestação do transexualismo e de todas as suas características, demonstrando que o requerente sofre inconciliável contrariedade pela identificação sexual masculina que tem hoje. O autor sempre agiu e se apresentou socialmente como mulher. Desde 1998 assumiu o nome de "Paula do Nascimento". Faz uso de hormônios femininos há mais de vinte e cinco anos e há vinte anos mantém união estável homoafetiva, reconhecida publicamente. Conforme laudo da perícia médico-legal realizada, a desconformidade psíquica entre o sexo biológico e o sexo psicológico decorre de transexualismo. O indivíduo tem seu sexo definido em seu registro civil com base na observação dos órgãos genitais externos, no momento do nascimento. No entanto, com o seu crescimento, podem ocorrer disparidades entre o sexo revelado e o sexo psicológico, ou seja, aquele que gostaria de ter e que entende como o que realmente deveria possuir. **A cirurgia de transgenitalização não é requisito para a retificação** de assento ante o seu caráter secundário. A cirurgia tem caráter complementar, visando a conformação das características e anatomia ao sexo psicológico. Portanto, tendo em vista que o sexo psicológico é aquele que dirige o comportamento social externo do indivíduo e considerando que o requerente se sente mulher sob o ponto de vista psíquico, procedendo como se do sexo feminino fosse perante a sociedade, não há qualquer motivo para se negar a pretendida alteração registral pleiteada. A sentença, portanto, merece ser reformada para determinar a retificação no assento de nascimento do apelante para que passe a constar como "Paula do Nascimento". Sentença reformada. Recurso provido.⁵²

O Superior Tribunal de Justiça já consolidou entendimento que permite a alteração do registro civil da pessoa transexual, adequando o nome e o sexo, independente da cirurgia. As decisões baseiam-se na notoriedade da pessoa pelo nome pretendido e no laudo elaborado por

⁵¹ Fonte: **STJ Notícias**, em 09/05/2017. Disponível em: <http://www.stj.jus.br/sites/STJ/default/pt_BR/Comunica%C3%A7%C3%A3o/noticias/Not%C3%ADcias/Transexuais-t%C3%AAm-direito-%C3%A0-altera%C3%A7%C3%A3o-do-registro-civil-sem-realiza%C3%A7%C3%A3o-de-cirurgia>. Acesso em: 13 de nov. 2017.

⁵² TJ-SP - APL: 00139343120118260037 SP 0013934-31.2011.8.26.0037, Relator: Carlos Alberto Garbi, Data de Julgamento: 23/09/2014, 10ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 25/09/2014.

profissional habilitado que ateste a transexualidade do indivíduo e que a alteração no registro civil lhe trará benefícios. Todavia, importa destacar que nesses casos, a averbação deve ser realizada no assentamento de nascimento original com a indicação da determinação judicial, proibida, contudo, a inclusão, ainda que sigilosa, da expressão “transexual”, do sexo biológico ou dos motivos para as modificações registrais. O entendimento foi firmado pela Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) ao acolher pedido de modificação de prenome e de gênero de transexual que apresentou avaliação psicológica pericial para demonstrar identificação social como mulher. Para o colegiado, o direito dos transexuais à retificação do registro não pode ser condicionado à realização de cirurgia, que pode inclusive ser inviável do ponto de vista financeiro ou por impedimento médico.

A questão chegou ao STF em 2017 através de um Recurso Extraordinário com repercussão geral. O REExt 670422 discute justamente a exigência da cirurgia para a retificação de gênero. Apresentado pela advogada Maria Berenice Dias, o recurso argumenta que essa exigência da cirurgia é desnecessária e cruel. Entende ela que exigir a cirurgia significa reduzir o gênero à genitália, ignorando as experiências cotidianas das pessoas que já vivem uma vida no gênero com o qual se identificam e que podem, inclusive, estar satisfeitas com seu órgão sexual e não desejar se submeter à cirurgia. Até o momento da elaboração desta monografia, o recurso não havia sido julgado.

No que tange a discussão pretendida no presente trabalho, essa última decisão é visceral. Ao levarmos essas considerações para dentro do sistema prisional brasileiro, que determina a divisão de encarceramento por sexo binário (homem e mulher), encontramos situações em desconformidade extrema ao princípio da dignidade da pessoa humana. As mulheres transexuais são encaminhadas às penitenciárias sem qualquer regra, algumas com o documento alterado já conseguem ser direcionadas a um presídio ou ala feminina, no entanto isso não é garantia de respeito aos seus direitos, pela falta de reconhecimento social das demais detentas; outras com o documento alterado ou com a cirurgia de transgenitalização ainda são presas em penitenciárias masculinas.

Além disso, como vimos, ter garantido este direito não é uma medida fácil, e ainda está em julgamento no STF para consolidar as jurisprudências. Dessa forma, uma mulher transexual, quando transgride a lei, em regra ficará presa em um presídio masculino, tendo todos os seus

direitos violados, muitas vezes, inclusive o direito à vida, considerando que muitas delas morrem dentro dos presídios, vítimas das mais diversas violências.

O próximo capítulo pretende abordar especificamente a questão a mulher transexual encarcerada e as violações aos seus direitos mais fundamentais.

3 O DIREITO DA MULHER TRANSEXUAL AO CÁRCERE NAS PENITENCIÁRIAS E ALAS FEMININAS

Após analisar os pontos necessários para uma melhor abordagem do tema, como o reconhecimento da mulher transexual na sociedade brasileira, bem como os direitos que a elas são garantidos, além da forma como é feita a divisão da população carcerária no Brasil, o capítulo que segue, busca compreender o motivo pelo qual as mulheres transexuais que transgridem as leis impostas por nosso ordenamento jurídico são submetidas a situações vexatórias e humilhantes dentro dos presídios brasileiros e também porque não são alocadas em penitenciárias que correspondem a sua realidade sexual.

A pesquisa por trás deste trabalho mostrou dados chocantes no que tange a violência e a violação de direitos sofridas por estas mulheres no cárcere, fato que gerou o interesse por este tema, tendo em vista ser pouco abordado no direito, mas que tem se mostrado relevante em nossa sociedade atual.

3.1 Preconceito e violência

Até o presente tópico, vimos que o Brasil caminha lentamente no sentido de reconhecimento, tanto social quanto legal, das mulheres transexuais. Observamos, também, que toda essa questão surge a partir do momento em que nossa sociedade se consolidou sob construções machistas e patriarcais, sempre colocando a mulher em situação inferior à do homem. Consequentemente, as mulheres transexuais sofrem desse crivo social, não somente por se mostrarem ao mundo como mulheres, mas também por não terem nascido com o respectivo órgão genital e ainda sim se entenderem como mulheres, o que gera extremo preconceito frente a uma sociedade fundada num padrão heteronormativo. Dessa forma, as mulheres transexuais enfrentam também o julgamento do próprio grupo social ao qual se identificam, o feminino.

A formação da sociedade brasileira permeiam traços do sistema ideológico patriarcal, que na sua constituição explica um sistema de poder, dominação e exploração historicamente produzido e reproduzido para as relações sociais de sexo e gênero.⁵³

⁵³ Nascimento, Francisco Elionardo de Melo. Silva, Elizângela Cardoso de Araújo. **Patriarcado, capitalismo e opressão de gênero: Notas sobre travestis privados de liberdade no Ceará.** p.02. Artigo Científico. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo6/patriarcado-capitalismo-e-opressao-de-genero-notas-sobre-travestis-privados-de-liberdade-no-ceara.pdf>>. Acesso em 20 set. 2017.

A população GLBTT é um dos grupos sociais mais vulneráveis da sociedade. Não somente porque o preconceito acentua-se sobre algumas das dimensões essenciais da personalidade humana – a afetiva e a sexual, por exemplo, mas também, e principalmente, porque esse preconceito manifesta-se sempre através de extrema violência.

ASSASSINATO DE PESSOAS TRANS

Causa da morte de pessoas trans no mundo



Fonte: Informe anual sobre a morte de transexuais, da Transgender Europe.

NEXO

Imagem do TGEU – Causa das mortes de transexuais no mundo até 2016.

É sabido, que a sociedade brasileira é coberta por preconceitos diversos, o que não é exclusividade só do nosso país. Contudo, o Brasil lidera o *ranking* de países que mais matam GLBTT do mundo.

De acordo com o TGEU – Transgender Europe, grupo que trabalha em solidariedade com os grupos GLBTT e reconhecido mundialmente, através do TMM – Trans Murder Monitoring, projeto que começou em abril de 2009 e desde então realiza pesquisas anuais sobre

o assassinato de transexuais no mundo, o Brasil é o país que mais mata transexuais no mundo, com um total de 123 mortes no último ano⁵⁴.

Outro dado alarmante é que transexuais tem uma expectativa de vida de 35 anos⁵⁵, enquanto que a média nacional é de 75,5 anos.

Já em 2017, no primeiro quadrimestre, o número de mortes subiu 18%, conforme revela um estudo realizado pela Rede Trans Brasil e pelo Grupo Gay da Bahia⁵⁶.

A Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra) promoveu uma pesquisa, onde revelou que até 17 de outubro deste ano (2017) foram mortos 144 transexuais e travestis por causa da transfobia⁵⁷. Esses dados foram coletados a partir de informações e notícias em cada Estado brasileiro, já que não há uma tipificação específica para estes crimes no Brasil (transfobia e homofobia).

Os dados foram transformados em um mapa, que se pode acessar através do Google Maps, o que dá uma enorme visibilidade para a situação dos grupos GLBTT no país. Nele é possível visualizar cada caso, nome da vítima e, é claro, o local do crime.

⁵⁴ Fonte: Transgender Europe (TGEU). Dados disponíveis em: <<https://tgeu.org/tdor-2016-press-release/>>.

⁵⁵ Antunes, Pedro Paulo Sammarco. **Travestis envelhecem?** São Paulo: Annablume, 2013. 258 p. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/37485/28781>>. Acesso em 20 set. 2017.

⁵⁶Fonte: Rede Trans Brasil e Grupo Gay da Bahia. Dados disponíveis em: <<http://redetransbrasil.org/dossiecirc2016.html>>. Acesso em 20 set. 2017.

⁵⁷Fonte: Associação Nacional de Travestis e Transexuais. Dados disponíveis em: <<https://observatoriog.bol.uol.com.br/noticias/2017/07/mapa-revela-indices-de-mortes-a-pessoas-trans-no-brasil-em-2017>>. Acesso em 20 set. 2017.

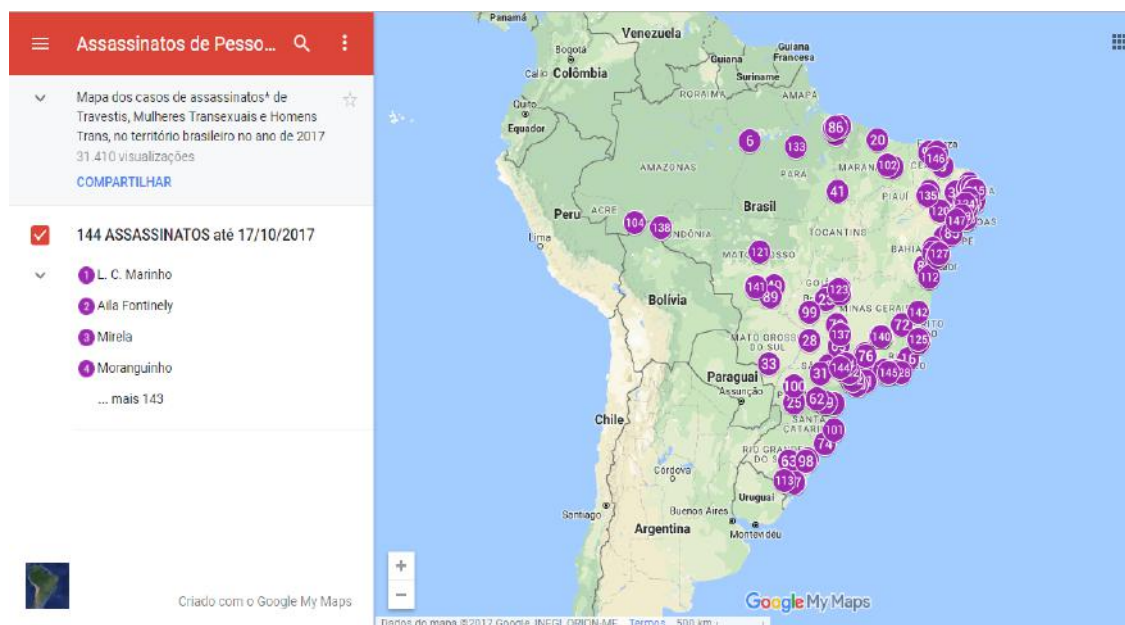


Imagem do Google Maps – Mapa de mortes de Transexuais e Travestis no ano de 2017 no Brasil.

Isso implica afirmar a vulnerabilidade dos direitos humanos das comunidades GLBTT, gerado, em grande parte, pela desinformação e pelo preconceito, que negam a existência social de tais pessoas.

Essa postura social culmina em ações discriminatórias e homofóbicas (transfóbicas, no caso em tela), na medida em que, negar-lhes existência e, conseqüentemente, visibilidade, todos os problemas e agressões que afligem a comunidade GLBTT são também negados, tornando-se, assim, invisíveis.

Não se trata, porém, de uma postura isolada, mas de um problema estrutural, que quando adstrito em elementos valorativos e morais, são transmitidos por gerações. Qualquer forma de manifestação do preconceito é, de igual modo, violenta, pois ajuda na perpetuação do mesmo e atenta contra a integridade individual, moral e física de seres humanos, cujos direitos, todos eles, foram consagrados e assegurados no decorrer da história de toda a humanidade. Seja uma piada, ridicularizações midiáticas, doutrinas religiosas ou políticas, até mesmo ficar calado diante dessas demonstrações.

O problema que reside na afirmação de direitos e, paradoxalmente, na progressiva violação dos mesmos, faz suscitar a necessidade de sanar essa contradição histórica. É o que ocorre com as comunidades GLBTT: na medida em que o Direito reconhece, mesmo que

jurisprudencialmente – já que a legislativa é, via de regra, lenta e está quase sempre a reboque das transformações sociais, anulando um dos papéis destinados ao Direito, qual seja, orientar as condutas humanas – aumentam as manifestações de violência em razão da orientação sexual e identidade de gênero dos cidadãos GLBTT.

A situação ganha contornos quando se configuram novas entidades familiares, novas relações de afetividade e mesmo novas relações mercantis, ou seja, novas demandas sociais, confrontando com ausência de políticas pública que tornem concretizáveis os direitos humanos da população GLBTT. No caso específico do Brasil, não há um marco legal que assegure o respeito e observância a direitos e garantias dessa população.

Dentre os mais de 5500 municípios, apenas 74 possuem legislação que visa ao combate e punição de práticas homofóbicas⁵⁸. No que tange aos Estados, das 27 unidades da Federação, apenas oito possuem legislação nesse sentido: Bahia, Minas Gerais, Santa Catarina, São Paulo, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal⁵⁹.

No âmbito federal, não existe uma única lei que criminalize a prática homofóbica que viola diversos direitos das pessoas GLBTT, embora a Câmara dos Deputados tenha aprovado, em dezembro de 2006, o Projeto de Lei nº 5003, que tipifica o crime de homofobia e outras práticas discriminatórias em razão da orientação sexual e identidade de gênero, remetendo-o ao Senado Federal. Aliás, não é demais recordar a exclusiva competência da União para legislar em matéria de direito penal.

O Programa Brasil Sem Homofobia, elaborado pelo Governo Lula, não foi capaz de assegurar a necessária correlação de forças em todos os âmbitos dos Poderes de modo a permitir uma conscientização dos setores da sociedade, contribuindo para a assimilação de novos valores e para o esclarecimento de conceitos acerca da temática da homossexualidade, auxiliando, deste modo, a constituição de uma nova realidade para a população GLBTT.

A realidade é que existe um completo abandono das autoridades públicas no que tange ao dever de garantia dos direitos humanos da população GLBTT. São inúmeros os casos em

⁵⁸ ABGLT. **Municípios com leis municipais nas quais já consta a expressa proibição de discriminar por orientação sexual**. Disponível em <<http://www.abgl.org.br/port/relleismun.htm>>. Acesso em 20 set. 2017.

⁵⁹ ABGLT. **Leis estaduais**. Disponível em: <<http://www.abgl.org.br/port/leis.php>>. Acesso em 20 set. 2017.

que a ausência de políticas públicas ou instrumentos legais repercutem na manutenção de práticas discriminatórias em razão da orientação sexual e identidade de gênero. Neste sentido, é possível afirmar, especialmente no âmbito interno, a complacência do Estado com a perpetuação de práticas homofóbicas.

Evidentemente que seria possível elencar esforços e exemplos de iniciativas públicas que produzem algum efeito no que tange a luta contra a homofobia. Todavia, a realidade é um alerta gritante de que, para além de ações isoladas, é preciso constituir uma política nacional de combate à discriminação em razão da orientação sexual e identidade de gênero, bem como o enfrentamento à homofobia. Por meio dessa política é possível a criação de um sistema integrado de prevenção da violência homofóbica e proteção às vítimas de crimes de intolerância, interligando todos os órgãos governamentais, nas três esferas da Federação, permitindo o eficaz controle de todas as autoridades e agentes públicos no efetivo cumprimento dos direitos e garantias das populações GLBTT, responsabilizando-lhes pelos atos discriminatórios.

Todos os fatores levantados até o presente momento revelam o óbvio: o quanto a vida de mulheres transexuais é difícil e desvalorizada na sociedade. Porém, o tema deste trabalho aborda a questão da mulher transexual encarcerada.

Conforme anteriormente mencionado, as mulheres transexuais sofrem cotidianamente violências nos seus mais diversos aspectos, inclusive quando se trata da violação de direitos. Nesse sentido, todas essas estatísticas se agravam quando levamos essa questão para os presídios brasileiros.

3.2 Violação de direitos e garantias fundamentais no cárcere

Aqui, a grande questão é: se as mulheres transexuais que se encontram livres e vivem em sociedade enfrentam o preconceito e a violência diariamente e em sua grande maioria não possuem uma vida digna, aquelas que estão sob o poder de punir do Estado estão protegidas por quais direitos e garantias fundamentais?

Quando pensamos em transexuais privados de liberdade, devemos levar em consideração o desdobramento preconceituoso que incide não só na sua condição

transexual, com também na sua condição enquanto privado de liberdade. Quando coadunadas desinformação, práticas preconceituosas de gênero assim como de posicionamento social enquanto transgressor, a questão do transexual tem um caráter pejorativo elevado a nível exponencial, o que contribui para que essa população, embora esteja inserida na sociedade como um todo, acabe de certa forma sendo excluída de alguns meios.⁶⁰

Como não poderia deixar de ser, se faz necessário, de início, expor a questão da falência do sistema prisional brasileiro de forma geral. No Brasil, os presídios sofrem com inúmeros problemas, tais como a superlotação⁶¹, falta de estrutura decente, falta de trabalho e de reeducação dos presos, que como vimos, era a proposta inicial dos sistemas penitenciários, entre outros.

Neste caso, também vale destacar que todas essas “faltas” geradas por um não-fazer do Estado, pode ser reflexo do enorme preconceito que a própria sociedade tem quanto as pessoas que estão encarceradas, e vice-versa. A maior parte da população brasileira acredita que elas não merecem esforços do Estado para manterem sua dignidade, na medida em que também existem muitas “faltas” na sociedade, saúde, educação, transporte, etc.

Todavia, o fato de uma pessoa estar cumprindo pena não significa que perdeu seus direitos fundamentais, conforme preconiza nossa Constituição Federal, em seu artigo 5º, XLIX: “é assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral”⁶². Mas para Rafael Damasceno de Assis:

Na prisão, dentre várias outras garantias que são desrespeitadas, o preso sofre principalmente com a prática de torturas e agressões físicas. Essas agressões geralmente partem tanto dos outros presos como dos próprios agentes da administração prisional. Os abusos e as agressões cometidas por agentes penitenciários e por policiais ocorrem de forma acentuada, principalmente depois de rebeliões ou tentativas de fuga[...].⁶³

⁶⁰ Sant’anna, Sebastião Cesar Meirelles. **Transexualidade, cárcere e direitos: a identidade de gênero em questão**. Psicanálise & Barroco em revista v.13, n.2: 40-54. Dez.2015. Disponível em: < <http://www.psicanaliseebarroco.pro.br/revista/revistas/26/05.pdf>> p.48. Acesso em 20 set. 2017.

⁶¹ Através do último levantamento publicado em meados de 2015, referentes ao período de 2014, pelo Ministério da Justiça, existem cerca de 607.731 pessoas presas no Brasil, de acordo com o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN). A taxa de superlotação do sistema penitenciário ostenta um índice epidêmico de 166%, segundo dados do último Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias, de 2014. Informativo Rede Justiça Criminal. OS NÚMERO DA JUSTIÇA CRIMINAL O BRASIL. Nº08. Janeiro de 2016. Disponível em: Acesso em: 20 out. 2016. p.01

⁶² Brasil. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

⁶³De Assis, Rafael Damasceno. **A realidade atual do sistema penitenciário brasileiro**. Revista CEJ, Brasília, Ano XI, n. 39, out. /dez. 2007. Disponível em: < <http://www.cjf.gov.br/revista/numero39/artigo09.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2016. p.75/76.

Ainda nesse sentido, há que se falar, novamente, na invisibilidade da população GLBTT, agora, porém, nas penitenciárias brasileiras. A realidade é que nosso sistema ignora completamente a existência dos transexuais. Eles são vistos como um número insignificante que não repercutem em maiores complicações pela falta de força política. Essas alegações são comprovadas com uma simples leitura dos dados consolidados fornecidos pelo INFOPEN⁶⁴.

Os dados trazem um controle geral da situação dos presídios, mas ele apenas distingue homens e mulheres, devido ao critério binário de divisão de gêneros no sistema penitenciário ocidental, como já amplamente abordado nos capítulos anteriores. Não há qualquer menção aos transexuais na realidade carcerária. Em princípio, com esses dados oficiais, pode-se pensar que a questão dos travestis e transexuais presos é irrelevante na prática devido a sua “inexistência”. Sabe-se, porém, que essa alegação é insustentável. Neste caso, buscam-se os dados para constatar a omissão e exclusão desses indivíduos quanto ao seu tratamento no sistema prisional e comprovar a escassez de efetivação de direitos dos travestis e transexuais nesse âmbito.

A banalização da violência contra a população LGBT, como apontado, é um fator crucial que dificulta o seu enfrentamento. Enraizada na cultura e nas práticas sociais, essas violências acabam sendo assimiladas como comuns nas nossas relações. Tal assimilação produz subjetividades marcadas pela subalternidade e hierarquização entre sujeitos/as LGBT e não-LGBT. Esse processo cultural nos impõe o desafio de desnaturalizar as opressões e denunciar a forma como elas constroem a humanidade por meio de novas práticas culturais e educativas - numa perspectiva freireana, libertadoras.⁶⁵

Como vimos no capítulo anterior, diversos são os direitos e garantias fundamentais que protegem o ser humano de qualquer tratamento indigno, além, é claro, do próprio direito à vida, todos dispostos em nossa Constituição Federal. Ocorre que, mulheres transexuais submetidas ao cárcere não dispõem da proteção de nenhum deles.

Assim, além das violações de direitos que acometem a todos os presos brasileiros, as mulheres transexuais sofrem vezes mais, principalmente se estão alocadas em presídios e alas masculinas. Torturas, estupros, humilhações, tanto dos presos quanto do próprio Estado, tendo em vista que, quando em presídios e alas masculinas, veem seus cabelos serem cortados, devem

⁶⁴Fonte: INFOPEN. Últimos dados consolidados. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/main.asp?View={73806970-30F4-47AB-B525-3B5C5A133E73}>>.

⁶⁵ Caderno de propostas da 3ª Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos de LGBT. Disponível em: <<http://dh.sdh.gov.br/download/conferencias/cadernos/cadernos-acessiveis/caderno-LGBT.pdf>>. Acesso em: 03 nov. 2016. p. 18.

tomar banho de sol sem camisa quando muitas vezes já passaram pela cirurgia de colocação de prótese mamária, são proibidas de continuar o tratamento hormonal, revista íntima vexatória, etc.

A violência e o estupro estão espalhados nas prisões de todo o mundo. Como forma de sobrevivência, alguns reclusos são forçados a manter relacionamentos com outros encarcerados mais poderosos, em troca de proteção. Em muitos locais, o estupro nas prisões está ligado a gangues organizadas: vítimas são frequentemente vendidas entre as facções criminosas ou forçadas a se prostituir. Muitas das vítimas são estupradas várias vezes. As notícias correm rápido dentro do sistema e, uma vez que o recluso foi estuproado, este se torna marcado como alvo dos outros presos e funcionários da penitenciária.⁶⁶

É importante ressaltar a fragilidade que envolve a questão do encarceramento das mulheres transexuais, porque dentro desse grupo existe diversificações, por exemplo há mulheres transexuais cirurgiadas, não-cirurgiadas, há as que conseguiram a alteração do registro civil, mas também as que não tem o prenome adequado no registro.

Entretanto, não existe uma regra quanto ao seu encarceramento, em sua maioria são levadas aos presídios masculinos, às vezes por possuírem um pênis, ou seja, pelo critério do “sexo biológico”, às vezes por possuírem o documento civil com identificação masculina.

Algumas mulheres transexuais conseguem ter garantido o seu direito de serem encarceradas em presídios e penitenciárias femininas, apesar disso, as situações de desrespeito a todos os aspectos do princípio da dignidade da pessoa humana continuam, devido ao fato de serem discriminadas pelas demais mulheres cis (como vimos no capítulo anterior). Mas em penitenciárias masculinas, as agressões são agravadas, pois, além das agressões e violações já mencionadas, elas são também estupradas e mortas.

De toda forma, as mulheres transexuais encarceradas estão despidas de quaisquer direitos, inclusive do direito a sua própria vida, quando encarceradas.

Frente ao exposto, verificam-se os limites encontrados com os novos desafios impostos ao direito no sentido da regulamentação dos transexuais por indagações como: quantos são os

⁶⁶ Just Detention International. Rape is Not Part of the Penalty. **ABUSO SEXUAL NA PRISÃO: UMA CRISE MUNDIAL DOS DIREITOS HUMANOS.** p.01. Disponível em: <http://www.ncdsv.org/images/JDI_SAIinPrisonGlobalAHumanRightsCrisis_Portuguese_2013.pdf> Acesso em 10 fev 2017.

transexuais presos? Como fica a situação do transexual cirurgiado e não-cirurgiado? Em que presídio esses indivíduos são enquadrados? São perguntas que não podem ser respondidas pelos dados oficiais como foi visto nas informações trazidas pelo INFOPEN. Não se pode aferir de documentos oficiais como proceder em relação a essas pessoas devido à omissão. Como explicado anteriormente, as transexuais, a despeito de terem seus corpos mais femininos do que masculinos, continuam presas nas cadeias masculinas com o argumento da realidade do sistema jurídico ocidental. A lógica penitenciária é binária: existem prisões femininas e masculinas. O sistema penal, assim como a sociedade, não sabe lidar com as pessoas que transgridem as leis impostas, bem como essa binariedade de gênero.

3.3 Direitos e legislação atual no cárcere

De acordo com a Organização Just Detention International, pessoas GLBTT em situação de prisão estão entre as pessoas em maior vulnerabilidade dentro do sistema prisional. Pessoas travestis e transexuais apresentam vulnerabilidades adicionais. Nesse sentido, o ambiente prisional demanda um preparo específico para lidar com a população GLBTT, de forma a garantir direitos básicos à dignidade, à liberdade, à saúde e, principalmente, à segurança pessoal.

O cenário brasileiro atual é de completo abandono no que tange as demandas sociais contemporâneas. Depreende-se, após todo o exposto, é que a omissão legislativa referente às “novas sexualidades” tem gerado uma série de violações aos direitos dessas pessoas, desde os direitos mais básicos, como por exemplo ao nome social e ao prenome, até direitos intrínsecos ao cárcere.

Na verdade, há uma lógica entre essas violações, tendo em vista que essas decorrem, principalmente daquelas. Ou seja, a falta de ações afirmativas e políticas públicas que promovam os direitos dessa população e reeduquem a incentivem a população a não discriminar, gera também a falta de reconhecimento social, que gera o abandono escolar, que gera a falta de oportunidades, que leva também a procura de empregos informais e a prostituição e também ao crime, e assim por diante. Como se fosse um ciclo, uma vida sem expectativas e chance de dignidade.

No cárcere, devido a omissão legislativa no que se refere a execução penal e a transexualidade, não há regra quanto ao encarceramento de mulheres transexuais. Em sua maioria, elas são alocadas em presídios masculinos.

Em 30 de janeiro de 2014, foi publicada, pela Secretaria de Estado da Administração Pública do Governo do Estado de São Paulo, a Resolução SAP-11⁶⁷, que dispõe sobre a atenção às travestis e transexuais no âmbito do sistema penitenciário.

A Resolução prima pela autonomia da vontade das mulheres transexuais encarceradas. É assegurado, por exemplo, o direito ao uso de peças íntimas femininas, o de manutenção do cabelo na altura dos ombros (assim como nas prisões femininas) e o direito ao tratamento pelo nome social (inclusive para visitantes de pessoas presas). É garantido o direito de expressão do seu gênero durante a permanência na prisão. Além disso, a Resolução faculta a criação de cela ou ala específica para as mulheres transexuais, segundo critérios de viabilidade.

É evidente a importância desta Resolução para a população transexual encarcerada, pois com ela um enorme passo foi dado: o Estado de São Paulo reconheceu a identidade de gênero como integrante da personalidade humana e a protege juridicamente.

Após isto, em 15 de abril do mesmo ano, foi formalizada a Resolução Conjunta n. 1⁶⁸, assinada pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP) e pelo Conselho Nacional de Combate à Discriminação LGBT (CNCD/LGBT).

Expressando forte preocupação em relação a atos de violência e discriminação, a resolução também considera instrumentos internacionais como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa

⁶⁷Secretaria de Estado da Administração Pública do Governo do Estado de São Paulo. **Resolução SAP-11**, de 30 de janeiro de 2014. Dispõe sobre a atenção às travestis e transexuais no âmbito do sistema penitenciário. Disponível em:

<<http://www.justica.sp.gov.br/StaticFiles/SJDC/ArquivosComuns/ProgramasProjetos/CPDS/Resolu%C3%A7%C3%A3o%20SAP-n%C2%BA%2011.pdf>>. Acesso em 20 set. 2017.

⁶⁸ Brasil, Ministério da Justiça. **Resolução Conjunta n.1**, do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária de 15 de abril de 2014. Estabelece parâmetros para o acolhimento de LGBT em privação de liberdade no Brasil. Brasília: Diário Oficial da União, 2014. Acesso em 20 set. 2017.

Rica), a Convenção Contra a Tortura e Outras Penas ou Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes.

A Resolução Conjunta 1 reforça os direitos já garantidos na Resolução 11 da SAP, determinando novos parâmetros para o acolhimento de pessoas do grupo GLBTT em privação de liberdade no Brasil., visando institucionalizar a atenção às travestis e transexuais no âmbito do sistema penitenciário brasileiro.

Entre as diretrizes de tratamento para a população travesti e transexual privada de liberdade está a garantia do direito ao nome social, a liberdade de expressão de gênero, espaços de convivência seguros, visitas íntimas, etc. A resolução também delimita, para execução da pena que:

Art. 4º - As pessoas transexuais masculinas e femininas devem ser encaminhadas para as unidades prisionais femininas.

Parágrafo único - Às mulheres transexuais deverá ser garantido tratamento isonômico ao das demais mulheres em privação de liberdade.

A resolução também determina o direito integral à saúde, garantindo o acesso aos hormônios e acompanhamento específico necessários, observados no artigo 7º:

É garantida à população LGBT em situação de privação de liberdade a atenção integral à saúde, atendidos os parâmetros da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - LGBT e da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional – PNAISP

Ambas as resoluções trabalham no sentido de promover condição de igualdade material, ainda que fiquem em aberto algumas questões envolvendo a aplicabilidade das resoluções. Não é, por exemplo, determinado nenhum tipo de sanção às instituições que não cumprirem as resoluções, assim como fica a cargo de cada instituição prisional verificar a possibilidade da implementação com base nas condições materiais de cada local.

Em 2015, foi levada em consideração a problemática acerca dos direitos da personalidade relacionado ao gênero pelo Plano de Política Criminal do Ministério da Justiça, após evidenciar a recorrente violência física e psicológica contra a população GLBTT nas unidades prisionais, instituiu diretrizes que devem ser buscadas por todas as unidades prisionais do país. Assim, por meio da “Medida 7”: que garante respeito à diversidade e trata de “questões

de gênero, de condição sexual, de deficiência, de idade, de nacionalidade, entre outras, são vividas também no campo criminal e penitenciário, e não devem ser desconsideradas”⁶⁹.

Não se pode negar que todas essas medidas refletem um grande avanço no contexto prisional das mulheres transexuais, principalmente as que se estabelecem em âmbito nacional. Porém, na prática não são respeitadas em sua integralidade, pois resolução é uma norma consultiva, podendo ser acatada ou não pelos Estados brasileiros

Além disso, os problemas gerais dos presídios brasileiros, principalmente a superlotação, que juntamente com a falência do sistema prisional, não permite que essas recomendações de fato ocorram. Dessa forma, algumas penitenciárias aderiram as recomendações, mas a maioria não. Por isso, deve-se pensar numa reestruturação geral do sistema penal e prisional brasileiro.

Entender o direito à identidade de gênero e à orientação sexual como um direito subjetivo é uma forma de garantir a dignidade da pessoa. No caso do ambiente prisional, essa é uma garantia fundamental, pois se trata de um ambiente favorável a uma vulnerabilização ainda maior dessa população. As resoluções são um passo na direção da garantia de direitos básicos de grupos específicos dentro de um ambiente já intrinsecamente vulnerador.

3.4 Criação das denominadas “alas gays”

A Resolução Conjunta nº 1, estabelece em seu artigo 4º que “transexuais masculinas e femininas devem ser encaminhadas para prisões femininas”. Todavia, o que ocorre é que, por se tratar de norma meramente consultiva, não foi aderida por todos os Estados brasileiros. Além disso, também prevê alas específicas para gays e transexuais, conforme o artigo 3º “às travestis e aos gays privados de liberdade em unidades prisionais masculinas, considerando a sua segurança e especial vulnerabilidade, deverão ser oferecidos espaços de vivência específicos”.

Assim, essa resolução regulamentou a criação das “alas gays” como são comumente chamadas. Entretanto, apesar da clara separação de tratamentos para cada um desses grupos, o

⁶⁹Brasil. Ministério da Justiça. **Plano de Política Criminal e Penitenciária**. Disponível em: <http://www.justica.gov.br/seus-direitos/politica-penal/cnpcp-1/imagens-cnpcp/plano-nacional-de-politica-criminal-e-penitenciaria-2015.pdf&gws_rd=cr&dcr=0&ei=x9_sWf67J4KKmQHg_Jt4>. Acesso em 20 set. 2017.

que tem acontecido é que todos – gays, travestis e transexuais, têm sido encaminhados às alas GLBTT.

Os estados brasileiros que adotaram essa medida, com o intuito de diminuir as violências sofridas dentro das penitenciárias, são: Minas Gerais (desde 2009), Rio Grande do Sul (desde 2012), Mato Grosso (desde 2011), Paraíba (desde 2013). A Bahia estuda a possibilidade desde 2014.

Ainda assim, essas alas existem somente em alguns presídios específicos, como o Presídio de Vespasiano, a Penitenciária Professor Jason Soares Albergaria e o Presídio de São Joaquim de Bicas II (MG), o Centro de Ressocialização de Cuiabá (MS), o Presídio Central de Porto Alegre (RS), o Presídio do Roger, a Penitenciária Dr. Romeu Gonçalves de Abrantes e a Penitenciária Regional Raimundo Asfora (PB).

Dentre os principais objetivos da adoção das celas especiais para LGBTs está o de garantir a segurança ou, ao menos, minimizar a chance de violência para essa população.

Essas alas específicas para pessoas transexuais e travestis são, sem dúvida, uma conquista importante. Além disso, garantem às transexuais e travestis a proteção de diversos direitos fundamentais, principalmente o direito à vida. No entanto, divide opiniões. Enquanto uns acreditam que elas preservam a integridade física da população GLBTT, outros entendem que, apesar disso, esta não pode ser considerada a solução do problema da homofobia/transfobia nas unidades prisionais.

Muitos estudiosos do tema acreditam que a criação dessas alas, apesar de ter grande relevância, sendo uma conquista indiscutível para a população GLBTT encarcerada, não soluciona o problema, haja vista perpetuar a segregação existente em nossa sociedade.

Para Toni Reis, da ABGLT - Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais, a criação de alas separadas nos presídios não é o ideal, mas pode ser uma medida válida para resolver um problema imediato: “Achamos que as pessoas não

deveriam ser segregadas, mas por causa de toda a violência, isso acaba acontecendo para preservá-las”.⁷⁰

Ainda nesse sentido, afirma Carlos Magno, presidente da ABGLT:

Na verdade, é uma medida paliativa frente a uma situação de vulnerabilidade da população em privação de liberdade no Brasil. Se a dignidade humana estivesse sendo respeitada nos presídios, não seria necessário ter ala específica para LGBT. Continua existindo abuso de heterossexuais com heterossexuais nas cadeias. Com os homossexuais, a vulnerabilidade é maior. Não há só uma relação de poder estabelecida, mas também de preconceito que leva à violência física. É aquela coisa do “vamos abusar de você para você aprender a virar homem.” É um absurdo.⁷¹

⁷⁰ Fonte: EBC. **Presídios estão adotando alas LGBT para reduzir casos de violência contra** homossexuais, em 29/09/2013. Toni Reis é secretário de Educação da ABGLT. Disponível em: < <http://www.ebc.com.br/noticias/brasil/2013/09/presidios-estao-adotando-alas-lgbt-para-reduzir-casos-de-violencia-contr>>. Acesso em: 16 nov. 2017.

⁷¹ Fonte: em.com.br Gerais. Publicado em 25 de novembro de 2014. Disponível em: < https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2014/11/25/interna_gerais,593189/uma-questao-de-respeito.shtml>. Acesso em: 16 nov. 2017.

CONCLUSÃO

Conforme observamos, nosso sistema penitenciário se baseia no critério binário sexual para dividir os presos, ou seja, nossa população carcerária é dividida em homens e mulheres. Isto porque nossa sociedade se organizou no padrão heteronormativo. Assim, existem inúmeras dificuldades, limites e críticas frente à realidade das mulheres transexuais encarceradas.

Essa problemática transpassa por todos os aspectos da vida social. A começar pela individualidade de cada transexual, pelos problemas que cada um enfrenta, desde sua descoberta, até se mostrar ao mundo. Passa pelo diagnóstico médico, já que ainda é considerada uma patologia. Pela difícil caminhada até conseguir realizar a cirurgia de adequação sexual, que, atualmente, mostra-se a melhor solução. Também passa pela burocracia e vagarosidade do nosso judiciário, o qual é necessário para a alteração dos registros civis, adequando os documentos à realidade do transexual. Na pior das hipóteses, tema desta monografia, passa pela violência de ser encarcerada num ambiente masculino, quando se reconhece e se mostra como uma mulher.

Quando a cirurgia de redesignação sexual foi incorporada ao SUS, em 2008, garantiu ao transexual o direito à saúde e ao seu próprio corpo. No entanto, o longo processo pelo qual essas pessoas passam, além da enorme fila de espera para a realização da cirurgia, acaba por não efetivar este direito.

Como vimos, nosso judiciário tem decidido de forma favorável aos direitos dos transexuais, todavia, ainda depende de cada juiz resolver essas questões. Não há sequer uma jurisprudência que dê fim a decisões arbitrárias e em descompasso com as demandas atuais.

Verificou-se que a omissão legislativa acerca deste tema é o maior problema na vida das mulheres transexuais, em vista de não haver nada que regule a vida civil destes que não se identificam com o sexo do seu nascimento. A partir do momento em que uma pessoa não se identifica com o seu sexo biológico, e passa a se mostrar com o sexo oposto, deveria ser tratada e reconhecida socialmente como deseja.

Desta forma, uma legislação que regulamente este tratamento é visceral, pois a partir do diagnóstico de transexualidade, o transexual automaticamente teria direito a mudança de prenome e de sexo na sua certidão de nascimento, e, assim, consequentemente, outros direitos daí decorreriam. Isto diminuiria consideravelmente os problemas psicológicos decorrentes do diagnóstico de transexualidade, já que nossa sociedade considera anormal tudo aquilo que está à margem do padrão heteronormativo e isso gera diversos preconceitos, e na maioria das vezes, esse preconceito se realiza com violência.

Para o Estado, os transexuais são ainda um número pequeno, que parece não importar, principalmente dentro dos estabelecimentos prisionais. Prova disso é não existirem dados oficiais quanto a população carcerária de transexuais. Porém, com o acréscimo do número de presos pode aumentar o número de transexuais presos e será cada vez maior a necessidade de uma resposta estatal frente à impossibilidade de adequação destes com suas peculiaridades no binarismo de gênero.

Algumas resoluções têm sido aprovadas, com intuito de diminuir as violências sofridas por transexuais dentro dos presídios, o que já demonstra alguma preocupação dos estados em garantir dignidade a estes presos, como foi o caso da Resolução 11 da SAP e da Resolução Conjunta nº 1, que estabelecem parâmetros para o acolhimento de LGBT em privação de liberdade. No entanto, trata-se de normas meramente consultivas, ou seja, cabe a cada estado a decisão de aderir ou não.

Atualmente, as penitenciárias têm adotado as denominadas “alas gays”, que visam acabar com a violência que a população GLBTT sofre quando são encaminhadas as alas e penitenciárias masculinas (em penitenciárias femininas também existe violência, porém é nas masculinas que o índice é maior, tendo em vista que a população GLBTT sofre estupros e torturas pela sua condição). Todavia, sem minimizar o valor e importância desta conquista, segregar em alas específicas, não é a solução esperada. Para muitos ativistas, mais uma segregação, agora dentro das penitenciárias, não é o ideal na vida destas pessoas, que já são marginalizadas na vida em sociedade.

O Estado deve pensar em políticas públicas efetivas ao combate da homofobia/transfobia, precisa dar reconhecimento aos transexuais, de forma que eles

pertençam, de fato e de direito, ao grupo social com o qual se identificam. Com isso, não haverá critério biológico que permita mulheres transexuais serem encaminhadas a presídios masculinos.

Nesse sentido, questiona Fábio Fernandes:

[...]meu ponto de crítica é: quais políticas de enfrentamento à violência, quais projetos alicerçados no respeito à diversidade sexual e de gênero estão sendo pensados e realizados para além da criação de alas separadas? Não consigo perceber minimamente essa preocupação dos governos e autoridades de um modo geral. Sinto que para o Estado essa grande benfeitoria vai “mudar o mundo”. Eu esperava ao menos uma declaração com intenções de avanço nessa questão, mas parece irrelevante pensar em políticas de enfrentamento à violência e à estigmatização, ou seja, a construção de políticas públicas para o respeito à diversidade.⁷²

Também, importa refletir o tema sob o prisma da constituição vigente de 1988. É inquestionável que o cárcere brasileiro funciona dentro do sistema binário, como fora comprovado na LEP e com os dados do INFOPEN. Contudo, é preciso atentar para o fato de que esse sistema binário exclui transexuais e vai de encontro a princípios constitucionais estabelecidos na nossa Carta Maior. A dignidade da pessoa humana e o princípio da isonomia são desrespeitados a fim de manter as estruturas.

Não se pretende defender que cada orientação sexual deveria ter seu estabelecimento prisional próprio, mas que é preciso respeito e considerar as particularidades dos indivíduos que são violentamente desrespeitados. O sistema binário, tal qual hoje entendido, se mostra inadequado para inserção de travestis e transexuais. Por isso, importa compreender a subjetividade travesti da forma citada por KULICK:

Quando passamos a conceber masculinidade e feminilidade não como algo imediatamente oriundo de (ou aderido a) corpos biologicamente macho e fêmea, mas, ao contrário, como signos ou processos que são trazidos à baila ou acionados através de certas práticas específicas, então estaremos em posição de começar a compreender muito melhor a subjetividade travesti.⁷³

⁷² Fonte: **iBahia Blogs**. Publicado em 05 de outubro de 2013. Fábio Fernandes é mestrando no programa multidisciplinar em Cultura e Sociedade da UFBA e colaborador do blog iBahia. Disponível em: <<http://blogs.ibahia.com/a/blogs/sexualidade/2013/10/05/o-canto-dos-malditos-%E2%80%93-a-ala-das-bichas-sapatas-bissexuais-travestis-transexuais-e-dejetos-da-sociedade/>>. Acesso em: 16 nov. 2017.

⁷³ Kulick, Don. **Travesti: prostituição, sexo, gênero e cultura no brasil**. Rio de Janeiro. Editora Fiocruz, 2008. p. 242.

Para Andrey Lemos, presidente da UNALGBT - União Nacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, o sistema penitenciário brasileiro, de forma geral, é como um antro de violações de direitos: “Penso que as travestis e mulheres trans, ao cometerem algum crime, devem ser acolhidas nas alas femininas, de acordo com a sua identidade de gênero”. Ele ressalta, porém, que ao mesmo tempo uma equipe multidisciplinar deveria avaliar casos específicos de encaminhamento para celas especiais⁷⁴.

Portanto, não se objetiva dar soluções simplórias e imediatas ao problema, mas mostrar que é preciso pensar formas de respeitar essas diferenças, dada a dificuldade que é falar em igualdade de direitos em relação aos transexuais. Isto se deve, dentre outras coisas, por eles se encontrarem em situação de exclusão social devido à identidade sexual adotada.

Para a problemática apresentada neste trabalho não se pode exigir uma solução a curto prazo, haja vista que encarcerar mulheres transexuais em penitenciárias femininas, hoje em dia, pode suscitar violências advindas das mulheres cis. No entanto, a longo prazo, podemos esperar que as mulheres transexuais sejam reconhecidas socialmente como mulheres por toda a população, desde que o Estado também as reconheça e garanta a elas todos os direitos que lhe são inerentes, como seres humanos que são. Dessa forma, incentivar a população a respeitá-las e tratá-las como iguais, em todos os âmbitos, inclusive no sistema penitenciário.

A busca por uma realidade mais digna para esses indivíduos não pode deixar de ser alimentada. O transexual deseja ver respeitado o seu direito à saúde e o seu direito à cidadania. Considerá-lo um cidadão incompleto é ignorar o seu direito à dignidade; é tolher o seu direito a ser integrado na sociedade; é desconhecer os seus direitos da personalidade, essenciais e inerentes à natureza humana.

Pessoa “trans” é aquela está em permanente “trans-formação”, disposta a “trans-por” todos os obstáculos e resistências, internos e externos, no caminho da mudança. É aquela pessoa que “trans-gride” regras e padrões de conduta que se tornaram obsoletos e opressivos “trans-mitindo” à sociedade, de forma absolutamente “trans-parente” novas ou ainda inexploradas possibilidades de realização do ser humano. Pessoa “trans” é aquela que “trans-cende” a si mesma, tentando expressar ao mundo a pessoa que ela realmente é, em vez da pessoa que o mundo acha que ela deveria ser.

Letícia Lanz

⁷⁴ Fonte: Carta Capital. **LGBTs privados de liberdade: um olhar sobre o cárcere**, em 22/07/2017. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/diversidade/lgbt2019s-privados-de-liberdade-um-olhar-sobre-o-carcere>>. Acesso em: 10 nov. 2017.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABGLT. **Municípios com leis municipais nas quais já consta a expressa proibição de discriminar por orientação sexual.** Disponível em <<http://www.abglt.org.br/port/relleismun.htm>>. Acesso em 20 set. 2017.

_____. **Leis estaduais.** Disponível em: <<http://www.abglt.org.br/port/leis.php>>. Acesso em 20 set. 2017.

ANTRA, Associação Nacional de Travestis e Transexuais. Mapa revela índices de mortes a pessoas trans no Brasil em 2017, 11 de julho de 2017. Disponível em: <<https://observatoriog.bol.uol.com.br/noticias/2017/07/mapa-revela-indices-de-mortes-a-pessoas-trans-no-brasil-em-2017>>. Acesso em 20 set. 2017.

ANTUNES, Pedro Paulo Sammarco. **Travestis envelhecem?** São Paulo: Annablume, 2013. p. 258.

BENTO, Berenice Alves de Melo. **O que é transexualidade.** São Paulo: Brasiliense, 2008. p.89.

_____. São Paulo: Brasiliense, 2008. p. 220.

_____. **A Reinvenção do corpo: Sexualidade e gênero na experiência transexual.** Rio de Janeiro: Garamond, 2006. p.230.

BOBBIO, Norberto. **A era dos Direitos.** Tradução Carlos Nelson Coutinho. Editora Campus, Rio de Janeiro, 1992, pág 44-45.

BOITEUX, Luciana. **Encarceramento feminino e Seletividade Penal.** Rede de Justiça Criminal, Discriminação de Gênero no Sistema Penal. Edição 09, setembro de 2016. Disponível em: < <http://redejusticacriminal.org/pt/portfolio/encarceramento-feminino-e-seletividade-penal/>>. Acesso em: 20 set. 2017. p.5.

Boletim SEDIF – TJRJ. Edição nº 178, em 01 de dezembro de 2014, p. 4. Disponível em: <<http://www.tjrj.jus.br/documents/10136/1617134/boletim-sedif-n-178-14.pdf>>. Acesso em: 16 nov. 2017.

BOMFIM, Patrick Thiago. **Discriminação e Preconceito: Identidade, cotidiano e religiosidade de travestis e transexuais.** In: Brasília. Tese de mestrado da Universidade

Católica de Brasília. Disponível em: <http://www.bdttd.ucb.br/tede/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1138>. Acesso em 20 abr. 2017.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de direito constitucional**. 18. ed. São Paulo: Malheiros, 2006, p. 563-564.

_____. **Curso de direito constitucional**. 18. ed. São Paulo: Malheiros, 2006, p. 571.

CNCD/LGBT, Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. **Caderno de propostas da 3ª Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos de LGBT**. Disponível em: <<http://dh.sdh.gov.br/download/conferencias/cadernos/cadernos-acessiveis/caderno-LGBT.pdf>>. Acesso em: 03 nov. 2016. p. 18.

CNJ, Conselho Nacional de Justiça. Informativo Rede Justiça Criminal. **Os números da justiça criminal no Brasil - Nº08**, janeiro de 2016. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2016/02/b948337bc7690673a39cb5cdb10994f8.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2016. p.01.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. Decreto nº. 43.065, de 08 de julho de 2011. Dispõem sobre o direito ao uso do nome social por travestis e transexuais na administração direta e indireta do estado do rio de janeiro e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 08 jul. 2011.

_____. Decreto-Lei n. 2.848, de 7 dezembro de 1940. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 7 dez. 1940.

_____. Lei Nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973. Dispõe sobre os registros públicos, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 31 dez. 1973.

_____. Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 11 jul. 1984.

_____. Lei nº 9.460, de 04 de junho de 1997. Altera o art. 82 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, que institui a Lei de Execução Penal. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 04 jun. 1997.

_____. Ministério da Justiça, Departamento Penitenciário Nacional. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias INFOPEN** – dezembro 2014. Brasília, DF. Disponível em: <<http://download.uol.com.br/fernandorodrigues/infopen-relat-2016.pdf>>. Acesso em 20 set. 2017.

_____. Ministério da Justiça. **Plano de Política Criminal e Penitenciária**. Disponível em: <http://www.justica.gov.br/seus-direitos/politica-penal/cnpcp-1/imagens-cnpcp/plano-nacional-de-politica-criminal-e-penitenciaria-2015.pdf&gws_rd=cr&dcr=0&ei=x9_sWf67J4KKmQHg_Jt4>. Acesso em 20 set. 2017.

_____. Ministério da Justiça. **Resolução Conjunta n.1**, do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária de 15 de abril de 2014. Estabelece parâmetros para o acolhimento de LGBT em privação de liberdade no Brasil. Brasília: Diário Oficial da União, 2014. Acesso em 20 set. 2017.

_____. Ministério da Saúde, Portal Saúde. **Processo Transexualizador**. Disponível em: <<http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/o-ministerio/principal/secretarias/1174-sgep-raiz/lgbt/21885-processo-transexualizador>>. Acesso em: 04 jun. 2017.

_____. Ministério da Saúde, Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 196**, de 10 out. 1996. Aprova as seguintes diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/1996/res0196_10_10_1996.html>. Acesso em: 04 jun. 2017.

_____. Tribunal de Justiça de São Paulo TJ-SP. Retificação de registro civil. Transexual que preserva o fenótipo masculino. Requerente que não se submeteu à cirurgia de transgenitalização, mas que requer a mudança de seu nome em razão de adotar características femininas. Possibilidade. Adequação ao sexo psicológico. Laudo pericial que apontou transexualismo. **Apelação cível nº: 00139343120118260037** SP 0013934-31.2011.8.26.0037, Relator: Carlos Alberto Garbi, Data de Julgamento: 23/09/2014, 10ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 25/09/2014.

CERQUEIRA, E. K.; Verreschi, I. T. D. N. **Fundamentos genéticos e fisiológicos da identidade sexual**. In: Cerqueira (ORG), E. K. **Sexualidade, gênero e desafios bioéticos**. São Caetano do Sul: Difusão Editora, 2011. Cap. 2.

CÓDIGO INTERNECIONAL DE DOENÇAS (CID 10). **F64.0 Transexualismo**. Disponível em: <<http://www.cid10.com.br/>>. Acesso em: 10 nov. 2017.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. **Resolução nº 1.482**, de 10 set. 1997. Autoriza, a título experimental, a realização de cirurgia de transgenitalização do tiponeocolpovulvoplastia, neofaloplastia e ou procedimentos complementares sobre gônadas e caracteres sexuais secundários como tratamento dos casos de transexualismo. Brasília-DF. Disponível em: <<https://sistemas.cfm.org.br/normas/visualizar/resolucoes/BR/1997/1482>>. Acesso em: 04 jun. 2017.

_____. **Resolução nº 1.955/2010**. Publicada no D.O.U. de 3 de setembro de 2010, Seção I, p. 109-10. Disponível em: <http://www.portalmedico.org.br/resolucoes/CFM/2010/1955_2010.htm>. Acesso em: 04 jun. 2017.

DE ASSIS, Rafael Damasceno. **A realidade atual do sistema penitenciário brasileiro**. Revista CEJ, Brasília, Ano XI, n. 39, out. /dez. 2007. p.75/76. Disponível em: <<http://www.cjf.gov.br/revista/numero39/artigo09.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2016..

DINIZ, M. H. **Curso de Direito Civil brasileiro: 1. Teoria geral do direito civil**. 28ª ed. São Paulo: Saraiva, 2011. p. 225.

DOTTI, René Ariel. **Bases e Alternativas para o Sistema de Penas**. São Paulo, RT, 1998, p. 52.

EBC, Empresa Brasil de Comunicação. **Presídios estão adotando alas LGBT para reduzir casos de violência contra homossexuais**, em 29 de setembro de 2013. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/noticias/brasil/2013/09/presidios-estao-adotando-alas-lgbt-para-reduzir-casos-de-violencia-contr>>. Acesso em: 16 nov. 2017.

EM, Estado de Minas (em.com.br). **Homossexuais contam abusos que sofriam em prisões sem separação**. Publicado em 25 de novembro de 2014. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2014/11/25/interna_gerais,593189/uma-questao-de-respeito.shtml>. Acesso em: 16 nov. 2017.

FERNANDES, Fábio. O canto dos malditos* - a ala das bichas, sapatas, bissexuais, travestis, transexuais e dejetos da sociedade. **IBAHIA BLOGS**, em 5 de outubro de 2013. Texto publicado em 05 de outubro de 2013. Disponível em: <<http://blogs.ibahia.com/a/blogs/sexualidade/2013/10/05/o-canto-dos-malditos-%E2%80%93-a-ala-das-bichas-sapatas-bissexuais-travestis-transexuais-e-dejetos-da-sociedade/>>. Acesso em: 16 nov. 2017.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**; tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, Vozes, 20ª edição, 1999, p.31.

_____. Petrópolis, Vozes, 20ª edição, 1999, p.18.

_____. Petrópolis, Vozes, 20ª edição, 1999, p.244.

FRANÇA, Marlene Helena de Oliveira. **Criminalidade e prisão feminina: Uma análise da questão de Gênero**. Revista Ártemis, Vol. XVIII nº 1; jul-dez, 2014. p. 217.

_____. **Criminalidade e prisão feminina: Uma análise da questão de Gênero**. Revista Ártemis, Vol. XVIII nº 1; jul-dez, 2014. p. 219.

GUERRA-JUNIOR, G. **Determinação e diferenciação sexual normal na espécie humana**. In: Vieira, T. R.; Paiva, L. A. S. D. **Identidade sexual e transexualidade**. São Paulo: Roca, 2009.

KULICK, Don. **Travesti: prostituição, sexo, gênero e cultura no brasil**. Rio de Janeiro. Editora FioVruiz, 2008. p. 242.

LOURO, G. L. **Pedagogias da sexualidade. O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 2ª edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. cap. 1, p. 7-34.

NASCIMENTO, Francisco Elionardo de Melo. SILVA, Elizângela Cardoso de Araújo. **Patriarcado, capitalismo e opressão de gênero: Notas sobre travestis privados de liberdade no Ceará**. p.02. Artigo Científico. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo6/patriarcado-capitalismo-e-opressao-de-genero-notas-sobre-travestis-privados-de-liberdade-no-ceara.pdf>>. Acesso em 20 set. 2017.

NCDSV, National Center on Domestic and Sexual Violence. **Abuso sexual na prisão: uma crise mundial dos direitos humanos**. p.01. Disponível em: <http://www.ncdsv.org/images/JDI_SAIinPrisonGlobalAHumanRightsCrisis_Portuguese_2013.pdf> Acesso em 10 fev 2017.

NERY, João W., **Viagem solitária: memórias de um transexual trinta anos depois**. 4ª reimpressão; São Paulo; Leya, 2011. p. 110.

QUAGLIA, D. **Intersexualidade**. In: Vieira, T. R.; Paiva, L. A. S. D. **Identidade sexual e transexualidade**. São Paulo: Roca, 2009. Cap. 3.

REDE TRANS BRASIL. A geografia dos corpos das pessoas trans – dossiê 2016. Disponível em: <<http://redetransbrasil.org/dossiecirc2016.html>>. Acesso em 20 set. 2017.

SALES, Dimitri. **Afirmção dos direitos humanos e a população GLBTT**. Disponível em: <http://www.voceve.com.br/morganamix/index.asp?site=manifesto/julho/dimitri_01.html>. Acesso em: 07 abr. 2017.

SANT'ANNA, Marilene Antunes (Doutoranda, bolsista CNPq). **Os espaços das prisões no Rio de Janeiro do século XIX**. Anais das Jornadas de 2007. Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ. Disponível em: <<https://revistadiscentepghis.files.wordpress.com/2009/05/marilene-antunes-os-espacos-das-prisoos-no-rio-de-janeiro-do-seculo-xix.pdf>>. Acesso em: 03 abr. 2017

SANT'ANNA, Sebastião Cesar Meirelles. **Transexualidade, cárcere e direitos: a identidade de gênero em questão**. Psicanálise & Barroco em revista v.13, n.2: 40-54. Dez.2015. Disponível em: < <http://www.psicanaliseebarroco.pro.br/revista/revistas/26/05.pdf>> p.48. Acesso em 20 set. 2017.

SARLET, Ingo Wolfgang. **A Eficácia dos Direitos Fundamentais**. 2001, p. 33.

SCHECAIRA, Sérgio Salomão & Junior, Alceu Corrêa. **Pena e Constituição: aspectos relevantes para sua aplicação e execução**. São Paulo, RT, 1995, p. 21.

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Resolução SAP-11**, de 30 de janeiro de 2014. Dispõe sobre a atenção às travestis e transexuais no âmbito do sistema penitenciário. Disponível em: <<http://www.justica.sp.gov.br/StaticFiles/SJDC/ArquivosComuns/ProgramasProjetos/CPDS/Resolu%C3%A7%C3%A3o%20SAP-n%C2%BA%2011.pdf>>. Acesso em 20 set. 2017.

SILVA, Vera Inês Costa da. **Controlo e punição: as prisões femininas: estudo exploratório de uma antropologia feminista da prisão no contexto português**. Coimbra, 2011. Dissertação (mestrado em Antropologia Social e Cultural - Faculdade de ciências e tecnologia, Universidade de Coimbra). Disponível em: < <http://www.scielo.mec.pt/pdf/aeq/n28/n28a06.pdf>>. Acesso em: 03 abr. 2017. p. 60.

SOARES, Bárbara Musumeci; ILGENFRITZ, Iara. **Prisioneiras: vida e violência atrás das grades**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002. p.52.

STJ Notícias. Transexuais têm direito à alteração do registro civil sem realização de cirurgia, em 09 de maio de 2017. Disponível em: <http://www.stj.jus.br/sites/STJ/default/pt_BR/Comunica%C3%A7%C3%A3o/noticias/Not%C3%ADcias/Transexuais-t%C3%AAm-direito-%C3%A0-altera%C3%A7%C3%A3o-do-registro-civil-sem-realiza%C3%A7%C3%A3o-de-cirurgia>. Acesso em: 13 de nov. 2017.

TRANSGENDER EUROPE (TGEU). Trans Murder Monitoring. **Ranking de países que mais matam LGBT no mundo**, 12 de maio de 2016. Disponível em: <<http://transrespect.org/en/idahot-2016-tmm-update/>>. Acesso em: 05 jun. 2017.

_____. **International Trans Day of Remembrance (TdoR) 2016**, 9 de novembro de 2016. Disponível em: <<https://tgeu.org/tdor-2016-press-release/>>. Acesso em: 05 jun. 2017.

VIEIRA, Fernando Dantas. Nem homem, nem mulher: a visibilidade trans é também não binária. **Revista Fórum**, 29 de janeiro de 2015. Disponível em: <<https://www.revistaforum.com.br/osentendidos/2015/01/29/nem-homem-nem-mulher-a-visibilidade-trans-e-tambem-nao-binaria/>>. Acesso em: 20 abr. 2017.

VIEIRA, Tereza Rodrigues. **Mudança de Sexo: Aspectos Médicos, Psicológicos e Jurídicos**. São Paulo: Livraria Santos Editora, 1996. p. 118.